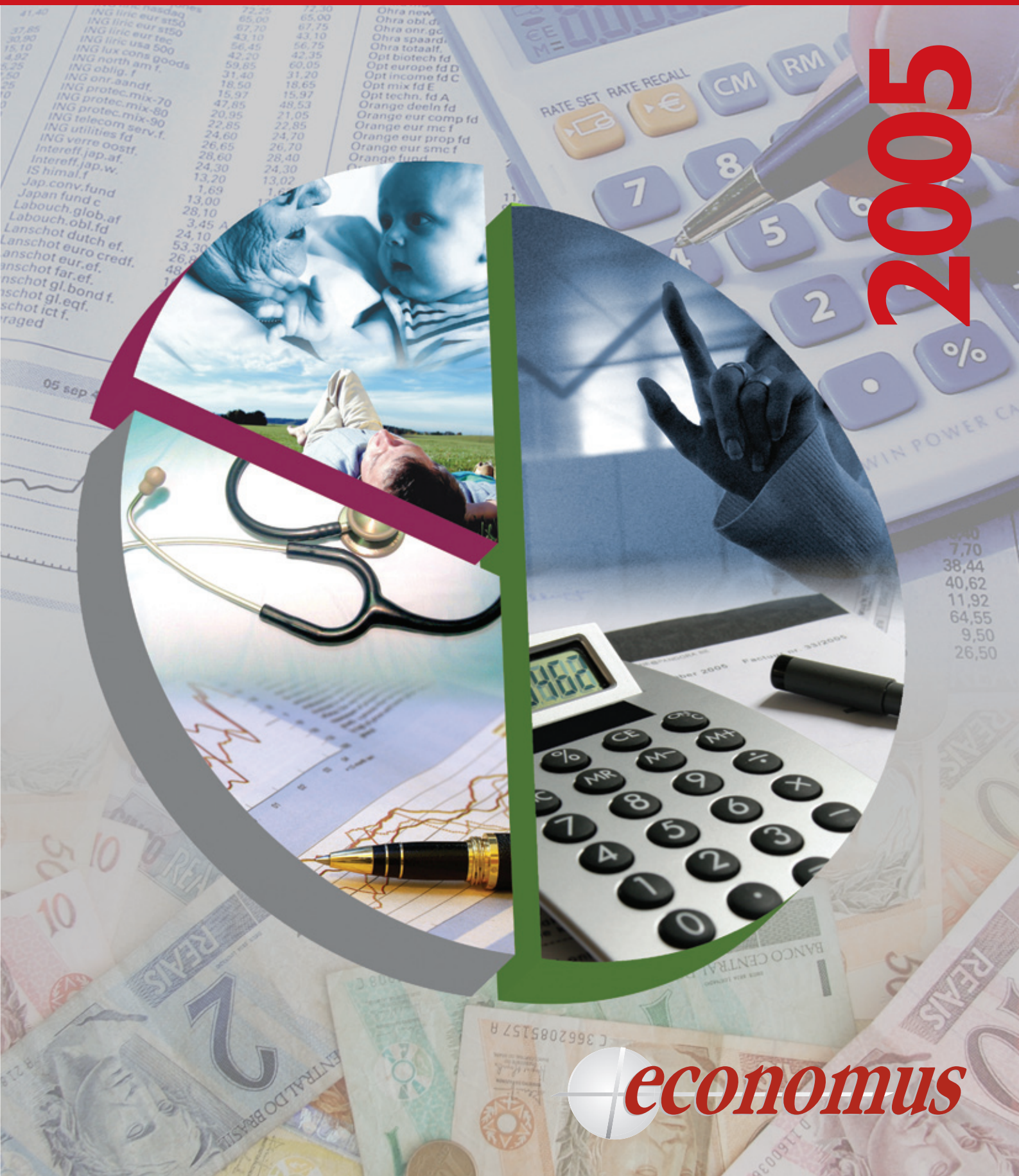


Relatório anual

2005



 *economus*

Diretorias

Diretor Superintendente: Nivaldo Cyrillo

Diretor de Seguridade: Múcio Amparada de Assis Junior

Diretoria Financeira: Paulo Leite Julião

Diretoria Administrativa: Abílio Fernando Reis Simões

Conselho Deliberativo

Presidente: João Braz Trentino

Membros Efetivos: José Wellington Gomes Nicolau, José Carlos de Oliveira, Dejair Besson, Antonio Amos Mastrangi, Wilson Segatelli

Membros Suplentes: Daniele Lunetta, Francisco Amâncio, José Carlos Andrade Chaves, Raquel Kacelnikas, Levi Gomes de Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente: Pedro Amauri Rinaldi

Membros Efetivos: José Carlos Paschoal Rodas, Fernando José Esteves Cadavez, Itamar de Souza Menezes

Membros Suplentes: Sérgio Luiz Lopes, Américo Consentino, Edson Soares de Siqueira, Ana Josephina Ferraz Guerra de Andrade

Patrocinador Banco Nossa Caixa S.A.

Presidência: Carlos Eduardo da Silva Monteiro

Gabinete da Presidência: José Wellington Gomes Nicolau

Diretoria

Finanças: Rubens Sardenberg

Rede e Distribuição: Daniele Lunetta

Produtos: Jorge Luiz Ávila da Silva

Crédito e Riscos: Gil Bernardo Borges Leal

Controladoria: Paulo Roberto Penachio

Desenvolvimento e Governo: Natalino Gazonato

Tecnologia da Informação: Daniel Eduardo Edelmuth

Gestão de Pessoas: Itamar Mortagua

Gestão de Recursos de Terceiros: Joaquim Elói Cirne de Toledo

Jurídico e Logística: Daniel Rodrigues Alves

Sumário



Economus	04
Apresentação	04
Economus: Três Décadas de Benefícios	05
Mensagem da Diretoria.....	06

Planos de Saúde	07
Departamento de Administração dos Planos de Saúde	07
Departamento de Atendimento.....	08

Benefícios Previdenciários	09
Participantes	09
Perfil dos Participantes	10
Benefícios de Prestação Continuada	11
Benefícios de Prestação Única	11
Benefícios Administrados pelo Economus	12
Posto Prisma	12
Reservas Matemáticas	12
Avanços em Controles Internos e Riscos.....	13

Investimentos e Evolução do Patrimônio	14
Conjuntura Econômica.....	14
Patrimônio Consolidado.....	16
Relatório Financeiro	21

Demonstrações Contábeis	22
Balanço Patrimonial.....	23
Demonstração de Resultados.....	24
Demonstração dos Fluxos Financeiros	25
Demonstrações Patrimoniais e de Resultados por Plano de Benefícios.....	26
Notas Explicativas	31

Pareceres	45
Parecer dos Auditores Independentes	45
Parecer Atuarial.....	47
Parecer do Conselho Fiscal.....	50
Parecer do Conselho Deliberativo.....	50



Apresentação

Para atender as exigências legais e manter os participantes bem informados sobre as atividades do Economus, temos a satisfação de apresentar o Relatório Anual de 2005, com o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados e do Fluxo Financeiro, as Notas Explicativas e os Pareceres do Atuário, da Auditoria Externa e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A íntegra deste Relatório também está no site www.economus.com.br.

O que você pretende fazer na aposentadoria?

Muita gente já começa a questionar o rumo que dará à sua vida ao se aposentar. Para se dar bem nesse futuro que, mesmo parecendo distante, vai chegar para todos nós, é preciso um planejamento adequado. E planejar o futuro é começar bem antes a se preparar não apenas financeiramente, mas também nos campos físico, emocional e intelectual. Esse é um verdadeiro exercício de autoconhecimento, onde temos que preservar nossa saúde e descobrir as várias atividades que nos dão prazer.

Sabemos que, com a expectativa de vida cada vez maior, há muito tempo pela frente após o desligamento do trabalho formal. O melhor é que essa etapa de vida seja bem estruturada e interessante. Muitos apostam na carreira acadêmica, dando aulas ou voltando a estudar. Outros continuam no seu ramo de atuação e começam a trabalhar como consultores. Alguns se descobrem em outra atividade, abrem seu próprio negócio. Há os que passam a cuidar da família, descobrem um potencial artístico, iniciam trabalhos voluntários na comunidade. O importante é se sentir útil e descobrir maneiras de promover a auto-realização.



Economus: Três Décadas de Benefícios!

Constituído em 1977 como instrumento de recursos humanos do Banco Nossa Caixa S. A, o Economus - Instituto de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (ou Fundo de Pensão), exclusiva para os funcionários do Banco e do próprio Economus. O nome, de origem no latim -- “oeconomus” quer dizer o “administrador de uma instituição particular ou pública, aquele que cuida de recursos de terceiros”.

São patrocinadores do Economus o Banco Nossa Caixa S.A. e o próprio Instituto com relação aos seus empregados. Cerca de 80% do quadro de empregados são participantes do plano de previdência e têm direito aos benefícios previstos na Regulamentação Básica.

Como Entidade Fechada de Previdência Complementar, o Economus é regido pelas Leis Complementares nos. 108 e 109, de 29/05/2001. Na estrutura do Ministério da Previdência Social, subordina-se às normas e fiscalização da SPC - Secretaria de Previdência Complementar, com relação aos planos de custeio e benefícios, e ao Conselho de Gestão, como órgão normativo. As aplicações financeiras seguem deliberações do Conselho Monetário Nacional, instituídas através das normas do Bacen - Banco Central do Brasil. O órgão de deliberação e orientação superior do Economus é o Conselho Deliberativo e o órgão de controle interno é o Conselho Fiscal.

Programa de preparação para a aposentadoria

Aposentadoria é um período de lazer ou um retorno ao trabalho como necessidade de complementação de renda? Qual a importância de um projeto para a aposentadoria? Como continuar em atividade após a aposentadoria? O que escolher? Como planejar a vida financeira após a aposentadoria? Quais as opções de lazer? Como deve ser minha alimentação? Qual a atividade física ideal para minha faixa etária? Como me inserir novamente no cotidiano familiar? Vou passar o dia de pijama, vendo televisão?

Todas essas questões são discutidas no PPA – Projeto de Preparação para a Aposentadoria, que muitas empresas, inclusive o Banco Nossa Caixa e o Economus desenvolvem para conscientizar os empregados em fase de pré-aposentadoria. O programa é conduzido por especialistas como psicólogos, consultores financeiros, nutricionistas, professores de educação física que dão orientação para manter a saúde do corpo e da mente nessa próxima etapa da vida.





Mensagem da Diretoria

O Economus, Fundo de Pensão do Banco Nossa Caixa S.A., encerrou o ano de 2005 com aproximadamente 16.500 participantes, entre ativos, aposentados e pensionistas, pagou mais de R\$ 95 milhões entre aposentadorias, pensões, auxílios-doença e pecúlios, e registrou um patrimônio de R\$ 2 bilhões, o que lhe garantiu a 21ª posição entre os cerca de 300 Fundos de Pensão filiados à Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O patrimônio consolidado apresentou crescimento de 15,04%. Os investimentos tiveram rentabilidade 132,48% da TMA -- Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano). Essa excelente performance espelha a seriedade com que os processos de investimentos são examinados e conduzidos, buscando nas atividades diárias transmitir a todos os participantes a prudência e a transparência necessárias na administração financeira, com foco na adição de valor.

No ano de 2005 foram notáveis os avanços nas práticas de governança corporativa e no aprimoramento dos mecanismos de controles internos. Realizamos o mapeamento de cada risco, classificando-os como extremo, elevado, moderado e baixo, o que gerou mais de 60 planos de ação, acompanhados por diretores e gerentes em reuniões do Comitê de Controles Internos e Riscos.

Durante o ano, a Diretoria se empenhou no saldamento do atual plano de benefício definido e na implementação do novo plano PrevMais, de contribuição variável, que passou por aprovação do Conselho Deliberativo do Economus, da Diretoria Executiva do Banco Nossa Caixa, do Codec - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado e está em fase de aprovação na SPC - Secretaria de Previdência Complementar.

O saldamento do atual plano busca equacionar grande parte do déficit técnico atuarial e incorporar o fator previdenciário nas complementações de aposentadoria, o que beneficiará os participantes que se aposentaram após dezembro de 1999, quando foi instituído esse mecanismo de cálculo no INSS, e os futuros aposentados.

Em 2005 também houve alterações no Regulamento Geral e nos Regulamentos nº 1 e 2, do plano em vigor, já aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar. As mudanças tiveram como foco a inclusão dos institutos de benefício proporcional diferido e portabilidade, dentre outras medidas amplamente divulgadas a todos os participantes e disponíveis para consulta no nosso site.

Registramos nossos agradecimentos à direção do Banco Nossa Caixa, aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, aos participantes, clientes e empregados do Economus pela integração, apoio e credibilidade, responsáveis pelos resultados apresentados neste balanço.

Diretoria Executiva



Planos de Saúde



Departamento de Administração dos Planos de Saúde

O Economus administra os planos de saúde oferecidos pelo Banco Nossa Caixa aos empregados e dependentes. Em 2005 havia 65.204 usuários inscritos em todo o Estado de São Paulo, atendidos por 6.600 recursos credenciados (médicos, hospitais, clínicas, laboratórios). Foram registradas 1.050 milhão de guias médicas referentes a serviços prestados.

Quantidade de Usuários por Faixa Etária

Idade	BNC	FEAS	Economus	Total
Até 18	10.820	345	114	11.279
De 19 a 23	5.043	255	37	5.335
De 24 a 28	3.993	11	46	4.050
De 29 a 33	2.153	8	39	2.200
De 34 a 38	2.742	15	49	2.806
De 39 a 43	3.900	30	35	3.965
De 44 a 48	5.286	105	40	5.431
De 49 a 53	6.094	711	25	6.830
De 54 a 58	3.629	1.554	36	5.219
Acima de 59	16.186	1.814	89	18.089
Total	59.846	4.848	510	65.204

Quantidade de Guias Pagas

Meses	BNC	FEAS	Economus	Total
Janeiro	90.030	6.420	652	97.102
Fevereiro	70.342	4.905	441	75.688
Março	71.085	5.083	436	76.604
Abril	82.848	5.817	588	89.253
Maio	81.849	6.180	643	88.672
Junho	82.430	6.134	629	89.193
Julho	88.237	6.355	632	95.224
Agosto	88.292	6.449	598	95.339
Setembro	81.704	5.829	579	88.112
Outubro	81.847	6.061	665	88.573
Novembro	73.203	5.431	573	79.207
Dezembro	77.537	5.611	610	83.758
TOTAL	969.404	70.275	7.046	1.046.725

Recursos Credenciados

Tipo	Quantidade
Clínica	1038
Fisioterapeuta	342
Fonoaudiólogo	245
Hospital	394
Laboratório	513
Médico	3383
Psicólogo	467
Radiologia e Ultrassom	131
Terapeuta Ocupacional	39
Unimed	27
Cooperativa/ Biomédicos	20
Total Global	6.599

Departamento de Atendimento

Visando estreitar o relacionamento com os clientes e propiciar maior agilidade e rapidez no esclarecimento de dúvidas, o Economus centralizou todo o atendimento num só departamento, o Deate, que fornece informações sobre aposentadoria, pensão, auxílio-doença, acidente do trabalho, empréstimos e planos de saúde (inclusão/exclusão de usuários, boletos, carências para atendimento médico, autorizações para procedimentos, perícias médicas, orientações sobre procedimentos cobertos e profissionais credenciados).

Em 2005 foi adquirido um software tarifador para melhor avaliar os atendimentos por telefone e, em paralelo, iniciou-se trabalho de melhorias no PABX, a fim de obtermos melhor comunicação no atendimento telefônico. Para aperfeiçoar os controles da assistência médica, o Economus deverá fornecer senhas de internação para o Interior e Capital por meio do sistema Autorizador Eletrônico.

Média de Atendimentos

Mês	Remoções	Exames	Informações	Autorizações	Total
Janeiro	44	237	14248	6405	20934
Fevereiro	72	220	13670	6105	20067
Março	119	273	12905	10987	24284
Abril	56	229	14534	11304	26123
Maio	64	294	16438	8961	25757
Junho	42	263	20521	8710	29536
Julho	63	264	20462	7624	28413
Agosto	61	262	19026	8775	28124
Setembro	60	259	15486	7779	23584
Outubro	76	259	15714	7004	23053
Novembro	80	220	17533	5947	23780
Dezembro	68	196	14941	7649	22854

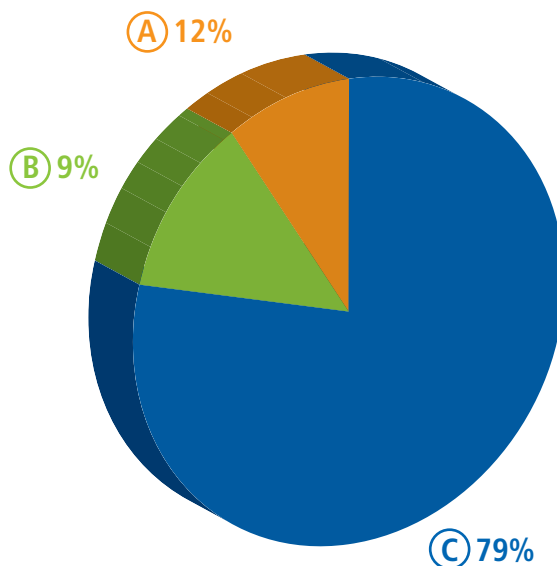


Benefícios Previdenciários

Participantes

O Economus encerrou o ano de 2005 com 15.308 participantes, entre ativos e assistidos, conforme representado na tabela e gráfico abaixo.

Grupos	Ativos	Assistidos	Total
C	8.803	3.290	12.093
B	147	1.174	1.321
A	2	1.892	1.894
Total	8.952	6.356	15.308



Para acompanhamento da evolução da quantidade de participantes e pensionistas, informamos abaixo os dados dos últimos cinco anos.

Participantes	2001	2002	2003	2004	2005
Ativos	10.207	10.616	10.480	9.157	8.952
Aposentados	4.590	4.650	4.725	6.166	6.356
Pensionistas	1.024	1.067	1.107	1.150	1.179
Total	15.821	16.333	16.312	16.473	16.487

Segue gráfico com o total dos ativos, aposentados e pensionistas, possibilitando melhor visualização.



Perfil dos Participantes

A tabela a seguir mostra o perfil dos participantes ativos, assistidos e pensionistas. Os dados dos ativos são de novembro/2005 e dos assistidos e pensionistas de dezembro de 2005, data base da reavaliação atuarial dos planos de benefícios, de onde é estabelecido o custeio para o ano de 2006.

Ativos

	C		B		A	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Distribuição	3.329	5.490	144	5	1	1
Idade Média dos Novos Participantes (Anos)	31,7	32,3	-	-	-	-
Idade Média dos Participantes (Anos)	45,6	44,3	52,7	53,0	55,0	63,0
Tempo de Serviço Médio (Anos)	24,7	21,9	33,7	32,4	34,0	44,0
Tempo de Adesão Médio (Anos)	17,1	14,8	25,5	22,6	27,0	27,0
Salário Bruto Médio (R\$)	5.436,10	3.881,82	9.213,81	9.337,60	7.339,00	2.143,00
Salário de Participação Médio (R\$)	5.423,38	3.879,70	9.045,41	9.337,60	7.339,00	2.143,00

Aposentados

	C		B		A	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Distribuição	893	2.388	394	789	864	1.028
Idade Média (Anos)	57,5	55,3	59,1	57,7	71,6	70,9
Tempo de Benefício Médio (Anos)	4,8	4,5	7,9	8,6	20,5	20,9
Valor Médio do Benefício (R\$)	2.573,76	1.523,18	1.622,29	1.190,15	2.575,50	2.034,66

Pensionistas

	C		B		A	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Distribuição	73	260	18	68	113	647
Idade Média (Anos)	54,7	55,8	52,1	60,6	51,6	64,2
Tempo de Benefício Médio (Anos)	6,1	9,6	7,6	12,5	6,9	11,1
Valor Médio do Benefício (R\$)	1.088,64	1.674,03	1.388,38	1.478,96	2.273,28	2.607,12

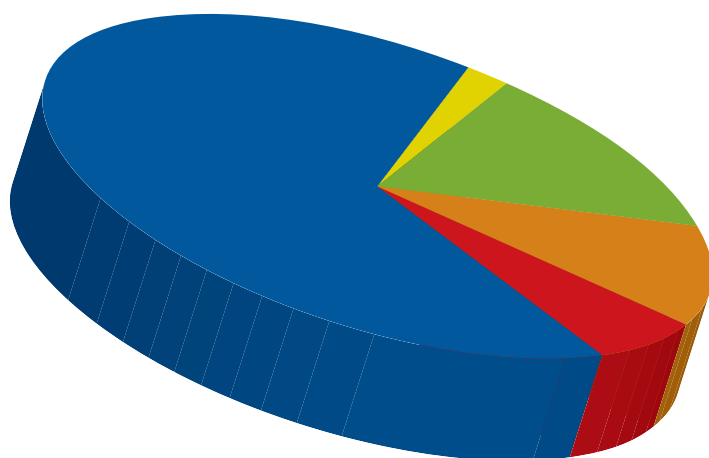
Aposentados e pensionistas dos Grupos A e B são custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e administrados pelo Economus. Os ex-funcionários que foram admitidos antes de 13/05/1974 e permaneceram como autopatrocinados, antes do recebimento da complementação de aposentadoria, são de custeio do Economus.

Benefícios de Prestação Continuada

Em 2005 o Economus pagou R\$ 92,647 milhões para 3.940 participantes e pensionistas em benefícios de prestação continuada, conforme a descrição abaixo. Este valor é 44,94% maior do que o total pago no ano de 2004, quando foram concedidos benefícios no valor de R\$ 63,923 milhões.

Há R\$ 1,02 bilhão provisionados para o pagamento de 3.636 benefícios já concedidos, de prestação continuada. A provisão de benefícios a conceder, em 31/12/2005 é de R\$ 1,50 bilhão, estimados para o pagamento de benefícios para 8.803 participantes e/ou familiares. Nos últimos dez anos o Economus já pagou R\$ 201,4 milhões em benefícios de risco, envolvendo participantes ou familiares.

Custeio Economus	Quantidade	Valores (R\$)
Complementação Aposentadoria por Tempo de Contribuição	2.625	61.030.299,30
Complementação Aposentadoria por Idade	120	2.183.234,65
Complementação Aposentadoria por Invalidez	539	12.699.067,32
Complementação de Aux. Doença e Acid. Trabalho	310	9.809.332,67
Complementação de Pensão por Morte	346	6.924.944,88
Total	3.940	92.646.878,82



66% Complementação Aposentadoria por Tempo de Contribuição

14% Complementação Aposentadoria por Invalidez

11% Complementação de Auxílio Doença e Acidente de Trabalho

7% Complementação de Pensão por Morte

2% Complementação Aposentadoria por Idade

Benefícios de Prestação Única

Os benefícios de prestação única, chamados de benefícios de risco, somaram em 2005 o total de R\$ 5,987 milhões, divididos da seguinte forma:

Pecúlios		
Natureza	Quantidade	Valor (R\$)
Por Morte	88	2.866.673,40
Por Invalidez	56	2.275.722,20
Total	144	5.142.395,60

Resgates de Reserva de Contribuição		
Natureza	Quantidade	Valor (R\$)
Por Desistência	46	329.930,55
Por Demissão	60	514.343,65
Total	106	844.274,20

O valor dos benefícios de prestação única em 2005 foi 1,72% maior do que 2004.

Benefícios Administrados pelo Economus

O total dos benefícios custeados pela Secretaria e administrados pelo Economus foi de R\$ 204.820 milhões em 2005, para um total de 3.985 assistidos. A seguir, os valores discriminados:

Custeio Secretaria da Fazenda	Quantidade	Valores (R\$)
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	625	42.354.932,05
Aposentadoria por Idade	2.327	129.599.549,08
Aposentadoria por Invalidez	200	6.227.399,54
Pensão por Morte	833	26.637.735,02
Total	3.985	204.819.615,69

Posto Prisma

Em 2005 foram requeridos 1.272 benefícios (auxílio-doença / acidente de trabalho) totalizando totalizam R\$ 2.145.829,77.

Reservas

Matemáticas

As Reservas Matemáticas representam o valor financeiro necessário para a cobertura dos compromissos assumidos ao longo do tempo. O cálculo dessas reservas é feito pelo atuário com base nos dados cadastrais dos participantes, como idade, salário, tempo de contribuição para o INSS e tempo de adesão, e com base em premissas atuariais, como perspectiva de sobrevivência, rotatividade e método de cálculo, dentre outros. As Reservas Matemáticas são divididas em Reservas de Benefícios a Conceder e Reservas de Benefícios Concedidos.



Você é participante do Economus?

Planejar o futuro é uma prática que deve estar incorporada no nosso tempo presente. Ter um plano de previdência complementar é uma das formas de se planejar um futuro mais tranquilo. Os participantes do Economus têm essa segurança, pois contam com uma renda adicional para si e para a família em caso de doença, aposentadoria ou morte. Uma opção que garante a manutenção do padrão de vida na aposentadoria.



Avanços em Controles Internos e Riscos

O ano de 2005 foi marcado pela aplicação e implementação dos princípios e regras da Resolução CGPC Nº 13, de outubro de 2004. A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) determinou que os fundos estabelecessem até março de 2005 um plano de adaptação às disposições da Resolução, devendo implementá-lo até dezembro de 2005.

O Economus cumpriu à risca a determinação do órgão regulador e não se limitou a realizar o mapeamento de riscos e controles, mas estabeleceu um trabalho permanente de monitoramento, tendo, inclusive a preocupação de sedimentar as disposições da Resolução junto a todos os colaboradores e ao corpo gerencial, com a coordenação da Diretoria Executiva.

O Economus criou o Comitê de Controles Internos e Riscos que se reúne uma vez por mês para discutir as principais ações para tratamento dos riscos identificados e implementação das devidas adaptações à Resolução. Em dezembro de 2005, a Controladoria identificou 234 riscos nos diversos processos da entidade e o Comitê de Controles Internos acompanhou cerca de 60 ações de melhoria.

Os riscos são classificados quanto a impacto, frequência e controles existentes, em seguida são discutidos com os gestores dos processos as ações que possam atenuar ou inibir os seus efeitos. Todo esse trabalho tem apoio da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, o que permitirá novos avanços neste ano de 2006.

Concursos dos Aposentados

“Fiz um acordo de coexistência pacífica com o tempo: nem ele me persegue, nem eu fujo dele. Um dia a gente se encontra”.

Mário Lago

Em 2005, o Economus realizou o 2º. Concurso “Criatividade na Melhor Idade”, em que aposentados puderam participar com textos e fotografias. Um total de 49 pessoas, com idade até 94 anos, enviaram trabalhos sobre o tema “Expressões da Melhor Idade”.

Os vencedores foram os seguintes:

Oswaldo Osny Squinca, 65 anos, com o texto Uma Partida de Futebol: “Faço questão de manter a mente ativa. Escrever poesias é minha satisfação, cultivo esse exercício de passar para o papel minhas idéias e aprendizados”.

Maria Rita Venturine Sanches, com a poesia Vivendo a melhor Idade: “Aproveito cada momento de forma prazerosa, dando prioridade às coisas que gosto, como estar junto da família, criar peças de artesanato e passear muito”.



Seguejo Oyafuso, com a foto Poluição e Meio Ambiente: “Proponho a luta pelo fim das queimadas nos canaviais”.



Maria Alice Correa Gomes, com a foto Humildade em Pessoa: “Só consigo fotografar se for com o coração”.



Investimentos e Evolução do Patrimônio



Conjuntura Econômica

Em 2005, o cenário macroeconômico foi influenciado pelo comportamento da inflação em decorrência da elevação do preço do barril do petróleo, que atingiu nível recorde de cotação, e a alta dos juros que ditaram os movimentos do mercado financeiro mundial. Mesmo diante do contexto de instabilidade, a economia dos Estados Unidos foi o destaque internacional, liderando o crescimento entre os países desenvolvidos. Com relação aos países em desenvolvimento, o destaque foi a China que manteve a taxa de crescimento da economia em torno de 10% no ano.

Alternando momentos de otimismo e pessimismo, os movimentos dos agentes econômicos foram influenciados pela expectativa do comportamento do fed funds, taxa básica de juros dos EUA. Com objetivo de manter o equilíbrio entre o crescimento econômico do país e o comportamento da inflação, o Federal Reserve (FED), Banco Central dos EUA, sinalizou em alguns períodos a possibilidade de intensificar o

ritmo do aumento do fed funds. Com essa tendência, ocasionou em algumas oportunidades a redução da atratividade de investimento em títulos da dívida de países emergentes. Contudo, o FED promoveu oito aumentos graduais de 25 pontos percentuais na taxa de juros, subindo a taxa de 2,25% para 4,25% ao ano.

Internamente, o governo estabeleceu os projetos prioritários para o ano relativos à pauta do Congresso Nacional, tendo como destaque a segunda etapa da reforma tributária unificação do ICMS estadual, a reforma sindical, a reforma universitária e a regulamentação das parcerias público-privadas. Entretanto, os projetos não evoluíram, no primeiro momento em decorrência da demora do processo de reforma ministerial e, posteriormente, em função da crise política, deflagrada com a denúncia de um suposto esquema de corrupção envolvendo os principais nomes do partido do governo e parlamentares da base aliada. As denúncias deram

origem à criação das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) do Bingo, do Mensalão e dos Correios. A evolução das apurações resultou na maior crise política do governo Luiz Inácio Lula da Silva. As apurações revelaram a compra de votos para aprovação de matérias encaminhadas pelo governo para votação no Congresso e a utilização de caixa dois para pagamento de campanhas eleitorais.

De outro lado, com o objetivo de conter a tendência de alta da inflação, com a conversão da trajetória da inflação para o centro da meta, o Banco Central deu continuidade ao ciclo de aperto monetário, iniciado em setembro de 2004, promovendo o aumento de dois pontos percentuais na taxa básica de juros (Selic), no período de janeiro a maio de 2005. A Selic atingiu o ponto mais alto em maio quando foi fixada em 19,75% ao ano, sendo mantida nesse patamar até agosto, colocando o juro real brasileiro como o maior do mundo. O Banco Central, dentro de suas convicções, conduziu a política monetária com extrema cautela e reduziu gradualmente a Selic de setembro a dezembro no total de 1,75 ponto percentual, quando foi fixada em 18% ao ano. Mesmo com a postura adotada, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado pelo BC como referência para acompanhar a meta, recuou em ritmo mais lento do que o esperado. O IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiu 5,69% no ano, ficando acima do ponto central de 5,10%, mas dentro do intervalo de tolerância que previa a variação de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), encerrou com 1,21% em 2005, a menor variação da série histórica. O Índice de Preços no Atacado (IPA), que representa 60% do IGP-M, registrou deflação de 0,96% no ano -- a variação negativa é atribuída à retração do dólar frente ao real e ao comportamento dos preços das commodities.

O mercado financeiro apresentou períodos de volatilidade, algumas vezes influenciados por assuntos externos e outras vezes relacionados a temas domésticos. Apesar da crise política, a melhora dos fundamentos econômicos do Brasil permitiu a blindagem do mercado financeiro, assim como a liquidez internacional levou os investidores estrangeiros à procura por investimentos nos mercados emergentes. Com a Selic mantida em nível elevado em relação ao mercado externo, observou-se o movimento intenso da entrada de investidores estrangeiros no mercado financeiro.

Em que pese a apreciação do Real e a redução de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, as exportações brasileiras tiveram bom desempenho em 2005, em decorrência dos preços internacionais das commodities puxado pelo crescimento da economia mundial. As importações também apresentaram crescimento, contudo, em ritmo menor do que o esperado, o que está relacionado ao desempenho econômico doméstico. A diferença entre exportações e importações resultou no superávit da balança comercial de US\$ 44,764 bilhões, registrando novo recorde histórico e demonstrando que o comércio exterior atingiu um novo patamar. Os esforços para melhorar o perfil da Dívida Pública Federal e a perspectiva favorável dos indicadores brasileiros, contribuíram para que as agências internacionais de classificação de risco, Moody's Investors Service e a Standard & Poor's (S&P), elevassem a perspectiva de rating da dívida soberana brasileira, aumentando a possibilidade, em médio prazo, de upgrade da classificação de risco que, por sua vez, se deslocaria do atual grau especulativo para grau de investimento. O EMBI+ (Emerging Markets Bond Index), calculado pela JP Morgan, outro indicador que mede o risco país, encerrou o ano com 239 pontos, registrando o menor nível histórico do risco Brasil, com uma queda de mais de 17% no ano.

É preciso superar as dificuldades...

“No começo da aposentadoria, é até possível que as pessoas imaginem aproveitar o tempo livre como se estivessem em férias. No entanto, depois de algum tempo são comuns os quadros de angústia, nervosismo e sensação de improdutividade. Entre os que se aposentam sem a preparação adequada, os índices de separação, depressão e tendência à solidão são muito altos. Mas a aposentadoria tradicional está com os dias contados. Se no século passado a expectativa de vida média era inferior a 50 anos, hoje as pessoas vivem mais de 75 anos. Para viver melhor o período pós-aposentadoria é preciso descobrir do que se gosta, as motivações, a capacidade de resolver problemas. É importante desenvolver a capacidade de superar as dificuldades comportamentais, os medos e sentimentos de perda e fracasso”.

Gilberto Guimarães, professor da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Instituto Amigos do Emprego.

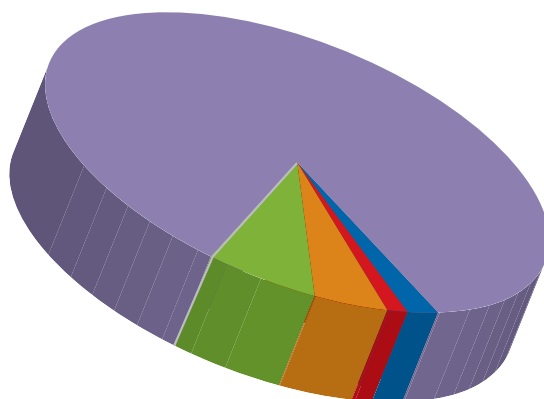
Resultado Financeiro

Patrimônio Consolidado

A posição patrimonial dos recursos confiados à administração do Economus apresentou variação nominal de 12,73%, indicando o montante de R\$ 2,129 bilhões em dez/2005, contra R\$ 1,888 bilhão no encerramento de 2004. Este volume de recursos estava distribuído entre os segmentos de investimentos da seguinte forma:

Distribuição dos Recursos Totais

Patrimônio de
2,129 bilhões
Posição 31/12/2005



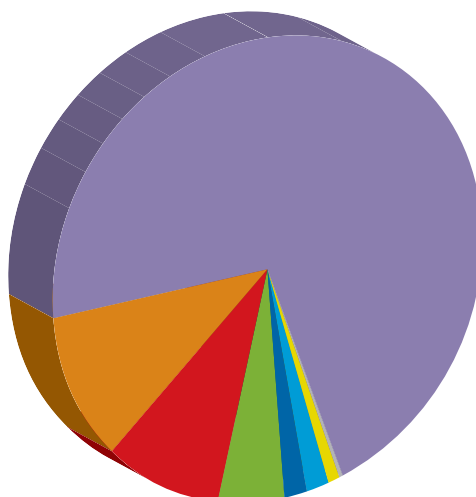
85,081% - Renda Fixa
6,442% - Renda Variável
4,885% - Dep. Judicial
2,224% - Empréstimos
1,278% - Imóveis
0,089% - Outros

Segmento de Renda Fixa

Este segmento agrupa parcela significativa dos recursos e sua composição é formada por títulos públicos federais pré e pós-fixados, como também por títulos privados de baixo risco de crédito avaliados por agência classificadora de risco. A estratégia desenhada para o segmento tem a finalidade de proporcionar maior equilíbrio e menor volatilidade ao patrimônio global, com foco no desempenho do portfólio global. No gráfico a seguir, demonstramos a composição e a diversificação dos ativos registrados em 31/12/2005, incluindo aqueles alocados nos fundos de investimento.

Distribuição dos Recursos em Renda Fixa

Patrimônio de
1,811 bilhão



70,69% - NTN - C
10,75% - LFT
9,16% - CDB
4,90% - LTN
1,90% - Debentures
1,59% - Adelic
0,74% - NBC - E
0,27% Outros Ativos

O desempenho dos ativos desse segmento foi positivo e superou a TMA - Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% aa) e é atribuído à combinação saudável entre os ativos alocados na gestão passiva 1 e ativa 2 que, no seu conjunto, propiciaram ao Economus entregar o mandato estabelecido para o ano, mesmo com grande parte do portfólio indexado ao IGP-M - Índice Geral de Preços Mercado que registrou comportamento extremamente atípico com a divulgação de seis meses de deflação (sendo cinco meses consecutivos), fazendo com que encerrasse o ano com variação de apenas 1,21%.

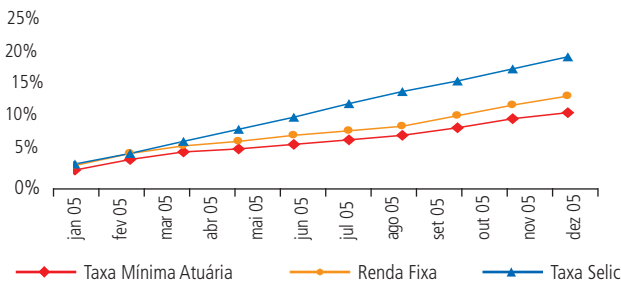
A tabela abaixo demonstra a TIR - Taxa Interna de Retorno e compara o resultado encontrado com os indicadores de desempenho estabelecidos.

Taxa Interna de Retorno	Renda Fixa	TMA*	SELIC	% da TMA	% da Selic
Acumulado em 2005	13,53%	11,35%	19,05%	119,23%	71,03%

*TMA = Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano)

O gráfico em destaque demonstra a evolução do desempenho do segmento ao longo do ano.

Segmento de Renda Fixa Evolução Acumulada



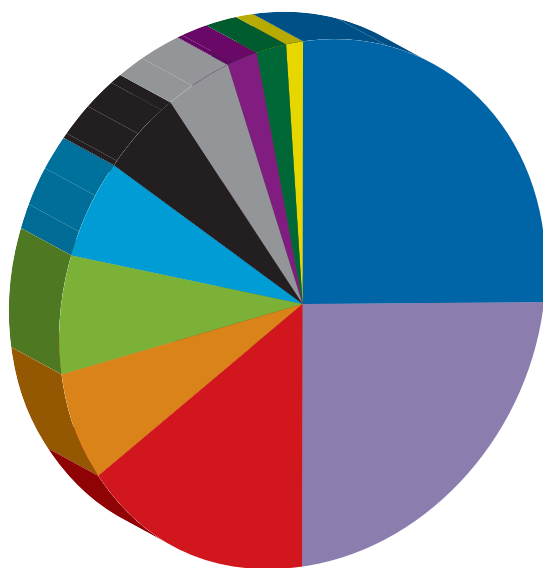
Segmento de Renda Variável

A seleção dos títulos e valores mobiliários elegíveis está estruturada, observando critérios relacionados com a prospecção de desempenho dos diversos setores de atividade vis-à-vis a análise da conjuntura econômica esperada e do atendimento da taxa mínima atuarial.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição percentual da carteira entre os setores no encerramento de 2005:

Distribuição da Carteira por Setores

Patrimônio de 137,2 milhões



- 27% - Petróleo
- 23% - Bancos
- 16% - Mineração
- 7% - Telecomunicações
- 7% - Energia Elétrica
- 6% - Siderurgia
- 5% - Bebidas
- 4% - Outros
- 2% - Holding
- 2% - Papel
- 1% - Metalurgia

¹ refere-se à gestão voltada para manter o necessário equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e o passivo atuarial.

² refere-se a gestão com foco em capturar, no mercado financeiro, as oportunidades de curto e médio prazos.

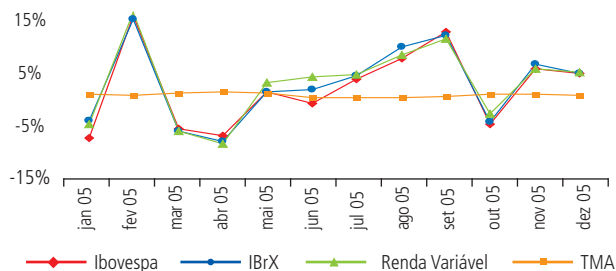
Apesar da paralisia política decorrente dos escândalos de corrupção envolvendo parlamentares, o mercado acionário em 2005 esteve distante desses acontecimentos e manteve-se na mesma trajetória crescente verificada no ano anterior, registrando expressiva valorização. Esse resultado pode ser atribuído a fatores domésticos revestidos na reestruturação do perfil da dívida e do fortalecimento da atividade econômica de alguns setores e, principalmente, da menor aversão ao risco por parte de grande players globais por ativos brasileiros, que se aproveitaram do excesso de liquidez mundial apresentado nesse ano. Desse modo, os ativos alocados nesse segmento acompanharam a tendência de mercado e apresentaram desempenho bastante satisfatório, superando o Ibovespa (parâmetro de desempenho) e a TMA – Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% aa) de forma significativa, conforme demonstram as informações que se seguem:

Taxa Interna de Retorno	Renda Variável	TMA*	Ibovespa	% TMA	% Ibovespa
Acumulado em 2005	44,03%	11,35%	27,71%	387,97%	158,88%

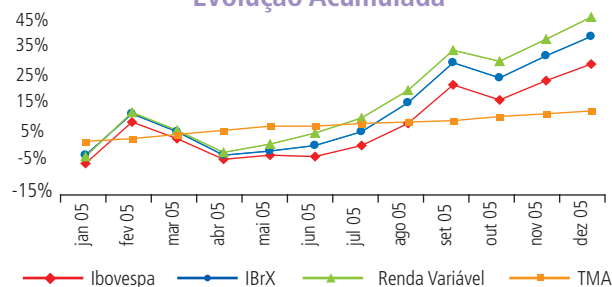
*TMA = Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano)

Os gráficos abaixo demonstram a evolução mensal e acumulada da rentabilidade auferida pela carteira de renda variável.

Segmento de Renda Variável Evolução Mensal



Segmento de Renda Variável Evolução Acumulada

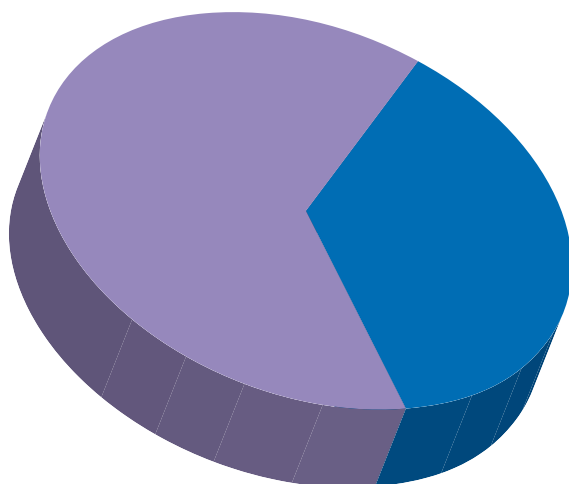


Segmento de Imóveis

Em dezembro/05, esse segmento representava 1,28% do patrimônio e estava composto por imóveis destinados à renda/aluguéis e por fundos imobiliários com características de centro de exposições (feiras e eventos) e de comercialização de espaços para escritório de alto padrão.

Acompanhe a distribuição da carteira no encerramento do exercício de 2005:

Distribuição dos Ativos no Segmento



62,86% - Imóveis para Renda
37,14% - Fundos Imobiliários

Conforme estabelece a legislação, os imóveis destinados a renda/aluguéis devem ser reavaliados, no mínimo, a cada três anos, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, objetivando identificar o atual valor de mercado desses ativos. Nesse sentido, em julho/2005, o Economus submeteu esse conjunto de ativos à reavaliação, por intermédio de contratação de empresa especializada, que resultou numa valorização patrimonial de 7,72%, saltando de R\$ 15,368 milhões para R\$ 16,554 milhões. Com o comportamento sazonal verificado na carteira, a rentabilidade do segmento foi superior ao verificado nos exercícios anteriores, superando a TMA – Taxa Mínima Atuarial, conforme ilustra a tabela abaixo:

Taxa Interna de Retorno	Imóveis	TMA*	SELIC	% da TMA	% da Selic
Acumulado em 2005	12,01%	11,35%	19,05%	105,82%	63,04%

*TMA = Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano)

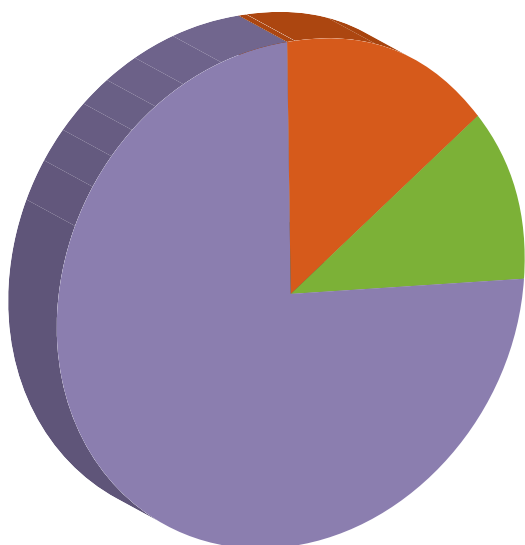
Em paralelo ao que foi relatado, buscou-se ainda o fortalecimento da estratégia visando à desmobilização dos imóveis vagos e/ou com pouca demanda, assim como aqueles que apresentassem remuneração abaixo da expectativa do Economus. Como resultado dessa ação, em agosto foi efetuada a venda do 4º andar do Edifício Dacon e, ao longo do ano, intensificou-se o esforço administrativo para a locação dos imóveis com maior valor agregado.

Segmento de Empréstimos

A carteira de empréstimos manteve a tendência verificada em 2004 e apresentou para 2005 um crescimento nominal robusto de 33,78% com um incremento de aproximadamente R\$ 12 milhões no saldo devedor. O segmento encerrou o ano com um montante R\$ 47,3 milhões contra R\$ 35,4 milhões de dez/04, com percentual de inadimplência de 0,114% sobre o saldo da carteira.

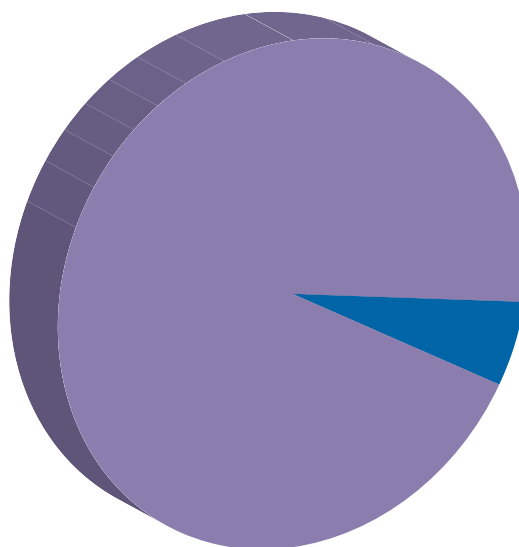
Veja na seqüência como estava, em dezembro/05, a distribuição da carteira entre os “Planos de Benefícios” e “Indexadores”:

Composição por Planos de Benefícios



14,88% - Plano A
 11,38% - Plano B
 73,74% - Plano C

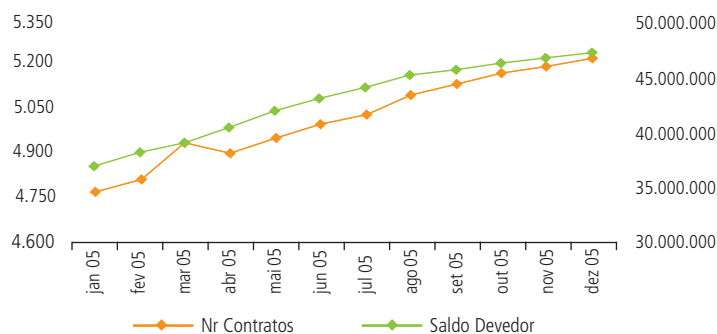
Composição da Carteira por Indexadores



5,28% - T.R.
 94,72% - INPC

Os pedidos de empréstimos continuaram a apresentar evolução crescente, principalmente na modalidade de reciclagem, cujo conceito está apoiado em creditar ao participante a diferença monetária apurada entre o saldo devedor vigente e o valor pleiteado num novo contrato de mútuo. A ampliação refere-se tanto à quantidade de contratos administrados (em menor escala) quanto no crescimento do saldo devedor da carteira, como exemplifica o gráfico a seguir:

Comportamento da Carteira de Empréstimos

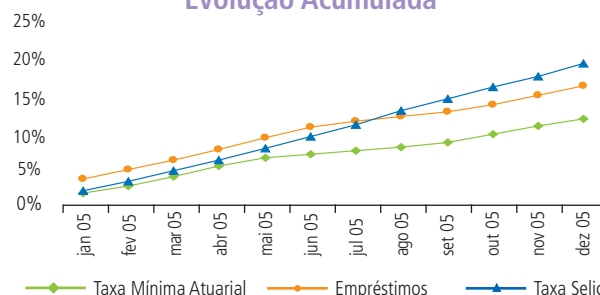


Nesse contexto, a rentabilidade acumulada obtida nesta modalidade também foi representativa para o Economus, proporcionando remuneração superior a TMA – Taxa Mínima Atuarial, com baixo risco de inadimplência.

Taxa Interna de Retorno	Empréstimo	TMA *	Selic	% TMA	% Selic
Acumulado em 2005	16,00%	11,35%	19,05%	141,01%	84,01%

*TMA = Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano)

Segmento de Empréstimos Evolução Acumulada



Conclusão

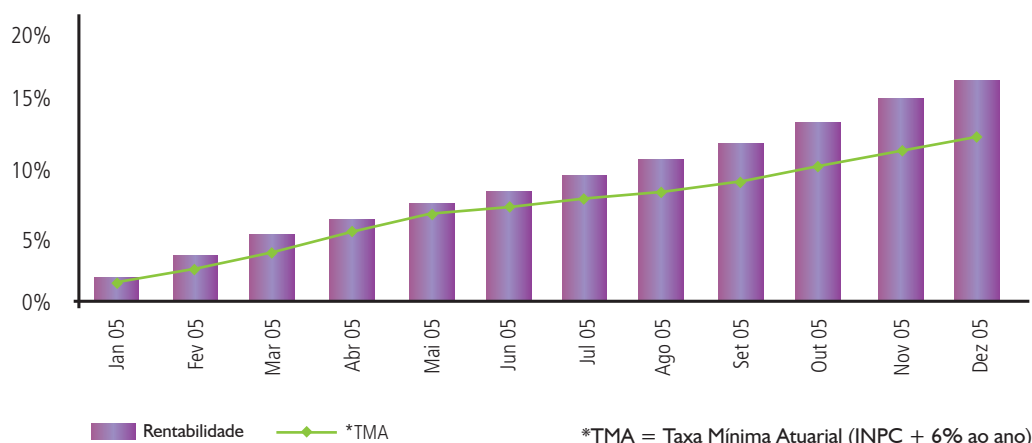
A condução da gestão financeira dos recursos esteve apoiada em critérios que ampliassem as condições de preservação patrimonial, mantivessem o foco na geração de resultados para os planos de benefícios, buscando sempre atingir o equilíbrio atuarial. Podemos assegurar que as aplicações realizadas ao longo do ano ficaram dentro dos limites previamente acordados e a aferição destes procedimentos é realizada periodicamente e sua divulgação é disponibilizada no “Relatório Semestral dos Investimentos” disponível no site do Economus. Ressaltamos também que os títulos e valores mobiliários constantes das carteiras de investimentos são considerados como baixo risco de crédito e foram adquiridos seguindo critérios técnicos e pautados na prudência, tendo na sua essência a preocupação em maximizar a proteção do passivo atuarial e proporcionar maior segurança a todos os participantes, assistidos e autopatrocinados. Em que pese o comportamento verificado no IGP-M, o desempenho auferido pela soma dos recursos confiados à administração do Economus atingiu a meta proposta para o ano de 2005, tendo em vista que a rentabilidade do patrimônio consolidado, apurada pelo critério da TIR – Taxa Interna de Retorno, foi de 15,04% no ano, enquanto que a TMA – Taxa Mínima Atuarial registrou 11,35%.

Veja ao lado o resultado e a evolução acumulada da rentabilidade obtida pelo patrimônio:

Taxa Interna de Retorno	Patrimônio Consolidado	*TMA	Selic	% TMA	% Selic
Acumulado em 2005	15,04%	11,35%	19,05%	132,48%	78,93%

*TMA = Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano)

Rentabilidade versus TMA - Taxa Mínima Atuarial



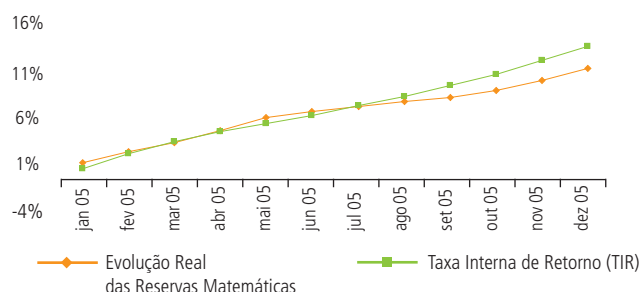
Vale ressaltar ainda que a rentabilidade atingida pela somatória dos recursos dos planos de benefícios superou, inclusive, a evolução real das reservas matemáticas calculadas para 2005 pelo escritório atuarial. Isso significa que, caso os planos de benefícios definidos tivessem a sua implantação a partir de dezembro de 2004, o desempenho dos investimentos ao longo de 2005 teria atingido superávit bruto superior a R\$ 30 milhões.

Veja as ilustrações abaixo:

Comparativo da Evolução Real das Matemáticas versus Taxa Interna de Retorno (TIR) - Consolidada

Análise Comparativa:	Patrimônio Consolidado	Evolução Real das Reservas*	% da Evolução
Acumulado em 2005	15,04%	12,49%	120,38%

* Evolução calculada pelo atuário contratado



Relatórios Financeiros

O Relatório de Investimentos do 2o. semestre de 2005 está no site www.economus.com.br, área de Investimentos, onde estão as metas estabelecidas na Política de Investimentos e os aspectos operacionais envolvidos na administração dos recursos. Nesse relatório, é apresentado o desempenho apurado nos Planos de Benefícios, na composição patrimonial e os resultados registrados nos Programas Administrativo e Assistencial. No site do Economus você pode consultar também a Política de Investimentos para 2006. O objetivo da Política de Investimentos é garantir a disponibilidade de recursos para o cumprimento da missão do Economus e divulgar as margens de alocação (limites mínimos e máximos) a serem observadas na gestão. Consulte e conheça mais sobre o enquadramento dos recursos, a rentabilidade, o controle de riscos e os custos, como taxa de administração de gestão de consultoria, custódia, auditoria e corretagens pagas.



Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	2005	2004
Disponível	544	854
Realizável	2.041.204	1.822.471
Programa previdencial	10.678	9.974
Programa assistencial	863	862
Programa administrativo	2.104	2.381
Programa de investimentos	2.027.559	1.809.254
Renda fixa	1.812.684	1.655.918
Renda variável	140.119	89.111
Investimentos imobiliários	27.393	28.629
Operações com participantes	47.357	35.438
Outros realizáveis	6	158
Permanente	1.637	1.355
Imobilizado	1.637	1.355
Total do ativo	2.043.385	1.824.680
Passivo	2005	2004
Exigível operacional	4.010	13.255
Programa previdencial	250	169
Programa assistencial	51	8.481
Programa administrativo	3.489	2.699
Programa de investimento	220	1.906
Exigível contingencial	26.927	29.070
Programa assistencial	26.136	29.070
Programa administrativo	791	
Exigível atuarial	2.519.057	2.239.430
Provisões matemáticas	2.519.057	2.239.430
Benefícios concedidos	1.015.171	876.186
Benefícios a conceder	1.503.886	1.363.244
Reservas e fundos	(506.609)	(457.075)
Déficit técnico acumulado	(715.242)	(634.423)
Fundos	208.633	177.348
Programa previdencial	3.604	1.789
Programa assistencial	193.067	167.085
Programa administrativo	11.888	8.457
Programa de investimento	74	17
Total do passivo	2.043.385	1.824.680

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2005	2004
Programa previdencial		
Recursos coletados	73.723	73.603
Recursos utilizados	(95.354)	(69.493)
Constituições de contingências	(341)	
Custeio administrativo	(6.066)	(5.907)
Recursos transferidos para programas.	(612)	
Resultados dos investimentos previdenciais	229.273	293.766
Constituições de provisões atuariais	(279.627)	(286.319)
Constituições/reversões de fundos	<u>(1.815)</u>	<u>(294)</u>
Superávit (déficit) técnico do exercício	<u>(80.819)</u>	<u>5.356</u>
Programa assistencial		
Recursos coletados	118.000	103.842
Recursos utilizados	(124.363)	(107.899)
Constituições de contingências	778	(8.381)
Recursos oriundos do programa administrativo		
Recursos transferidos para programas.	(4.743)	
Resultados dos investimentos assistenciais	<u>36.311</u>	<u>27.784</u>
Constituições/reversões de fundos	25.983	15.346
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	11.422	5.907
Receitas	12.792	8.466
Despesas	(20.521)	(15.715)
Reversões (constituições) de contingências	(1.146)	1.703
Recursos transferidos para programas prev./assist.		
Resultados dos investimentos administrativos	<u>884</u>	<u>1.841</u>
Constituições/reversões de fundos	3.431	2.202
Programa de investimentos		
Renda fixa	220.806	307.637
Renda variável	38.369	20.607
Investimentos imobiliários	2.512	431
Operações com participantes	6.610	4.677
Relacionados com o disponível	(1.894)	(2.176)
Obrigações tributárias	122	(7.231)
Constituições/reversões de contingências		(537)
Resultados recebidos/transf. de outros programas	<u>(266.468)</u>	<u>(323.391)</u>
Constituições/reversões de fundos	(57)	(17)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos Financeiros

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	2005	2004
Programa previdencial	(22.595)	5.562
Entradas	<u>72.786</u>	<u>75.148</u>
Recursos coletados	73.723	73.603
Recursos a receber	(616)	1.493
Outros realizáveis/exigibilidades	19	52
Constituições/reversões de contingências	(340)	
Saídas	(95.381)	(69.586)
Recursos utilizados	(95.354)	(69.493)
Utilizações a pagar	60	(6)
Utilizações futuras	(87)	(87)
Programa assistencial	(16.950)	(54.920)
Entradas	<u>118.776</u>	<u>103.840</u>
Recursos coletados	118.000	103.841
Outros realizáveis/exigibilidades	(1)	(1)
Constituições/reversões de contingências	777	
Saídas	(135.726)	(158.760)
Recursos utilizados	(124.362)	(107.899)
Utilizações a pagar	(8.430)	807
Constituições/reversões de contingências	(2.934)	(51.668)
Programa administrativo	(7.299)	(6.982)
Entradas	<u>11.675</u>	<u>8.463</u>
Receitas	12.792	8.465
Receitas a receber	22	(40)
Outros realizáveis/exigibilidades	6	38
Constituições/reversões de contingências	(1.145)	
Saídas	(18.974)	(15.445)
Despesas	(20.521)	(15.715)
Despesas a pagar	790	(447)
Despesas futuras	248	546
Permanente	(282)	171
Constituições/reversões de contingências	791	
Programa de investimentos	46.534	57.122
Renda fixa	64.083	52.711
Renda variável	(12.683)	22.941
Investimentos imobiliários	3.899	3.372
Operações com participantes	(5.303)	(12.036)
Relacionados com o disponível	(2.029)	(2.018)
Relacionados com tributos	(1.586)	(7.152)
Outros investimentos	153	(159)
Constituições de contingências		(537)
Fluxo nas disponibilidades	(310)	782
Variação nas disponibilidades	(310)	782

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Patrimonial e de Resultados do Plano de Benefícios de Natureza Previdencial - Grupo A

Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstração Patrimonial Grupo A		2005	2004	PASSIVO		2005	2004
ATIVO		2005	2004			2005	2004
Ativo		8.657.613,98	8.659.741,59	Passivo		8.657.613,98	8.659.741,59
Disponível		482,69	130,10	Contas a Pagar		36.232,12	158.706,86
Contas a Receber		3.748,83	139,49	Valores em Litígio			
Aplicações		8.653.382,46	8.659.472,00	Compromissos com participantes e assistidos		9.700.142,19	9.108.332,08
Renda Fixa		8.653.382,46	8.659.472,00	Fundos		132.831,02	118.615,91
				Equilíbrio Técnico		(1.211.591,35)	(725.913,26)
				Resultados Realizados		(1.211.591,35)	(725.913,26)
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(1.211.591,35)	(725.913,26)
Demonstração de Resultados		DESCRICO				2005	2004
(+) Contribuições						1.177.634,85	1.113.832,39
(-) Benefícios						2.104.538,45	2.019.731,78
(+/-) Rendimentos das aplicações						1.057.497,07	1.630.121,78
(=) Recursos Líquidos						130.593,47	724.222,39
(-) Despesas com Administração						4.411,20	5.709,25
(-/+) Formação (utilização) de Valores em Litígio						5.835,14	158.706,86
(-/+) Formação (utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos						591.810,11	547.556,63
(-/+) Formação (utilização) de Fundos para Riscos Futuros						14.215,11	14.462,07
(=) Superávit (déficit) Técnico do Exercício						(485.678,09)	(2.212,42)

Plano Básico - Regulamento Complementar Nº 2 - Plano A
Comentários sobre a rentabilidade do plano: as aplicações realizadas em títulos e valores mobiliários de renda fixa proporcionaram, no seu conjunto, a rentabilidade de 13,36% no ano de 2005. A apuração foi obtida por intermédio do cálculo de quotas observando os critérios estabelecidos pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC.

Plano Básico - Regulamento Complementar Nº 2 - Plano A
Comentários sobre o custeio administrativo do plano: a contribuição prevista no plano anual de custeio é de 0,20% do total dos salários reais de participação e benefícios dos participantes deste grupo.

Demonstração Patrimonial e de Resultados da Atividade de Natureza Administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Demonstração Patrimonial Administrativa			
ATIVO	2005	2004	PASSIVO
	2005	2004	2005
Ativo			
Disponível	16.263.149,39	11.330.112,70	16.263.149,39
Realizável	312.854,03	2.803,03	3.584.533,64
Receitas a Receber	14.312.899,73	9.972.446,93	2.032.601,47
Outros Realizáveis	1.167.294,59	1.114.481,87	708.096,99
Aplicações	1.883.377,19	2.136.545,98	843.835,18
Renda Fixa	11.262.227,95	6.721.419,08	791.052,11
Permanente	11.262.227,95	6.721.419,08	791.052,11
Imobilizado	1.637.395,63	1.354.862,74	11.887.563,64
	1.637.395,63	1.354.862,74	11.887.563,64
			8.456.581,46
			8.456.581,46
			11.330.112,70
			2.873.531,24
			1.508.224,16
			704.440,37
			660.866,71
			0,00
			0,00
			8.456.581,46
			8.456.581,46
			11.330.112,70
Demonstração de Resultados			
DESCRIÇÃO	2005	2004	2004
(+) Receitas	24.213.179,83		14.372.933,94
(-) Despesas	20.520.730,19		15.714.618,90
(+/-) Rendimentos das Aplicações	884.206,79		1.840.731,05
(=) Recursos Líquidos	4.576.656,43		499.046,09
(-/+) Formação (utilização) de Valores em Litígio	1.145.674,25		(1.703.009,25)
(=) Superávit (déficit) Técnico do Exercício	3.430.982,18		2.202.055,34

Plano Administrativo

Comentários sobre a rentabilidade do plano: as aplicações realizadas em títulos e valores mobiliários de renda fixa proporcionaram, no seu conjunto, a rentabilidade de 19,74% no ano de 2005. A apuração foi obtida por intermédio do cálculo de quotas observando os critérios estabelecidos pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC.

Notas Explicativas

I - Contexto Operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída e patrocinada pelo Banco Nossa Caixa S.A. em 1º de setembro de 1977, exclusivamente para os empregados do Banco e do próprio Instituto. Tem como finalidade a complementação de benefícios assegurados pelo INSS aos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus - Instituto de Seguridade Social. O Plano de Benefícios está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado paritariamente pelos patrocinadores e pelos participantes e assistidos.

Os recursos de que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus patrocinadores (Banco Nossa Caixa S.A. e Economus - Instituto de Seguridade Social), participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações, que obedecem ao disposto na Resolução no. 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional - CMN. A estrutura dos investimentos é multifundo, caracterizada por gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas brasileiras de contabilidade aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e estão sendo apresentadas em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência Social - MPS. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e em longo prazo. A forma de apresentação das demonstrações contábeis contempla as operações consolidadas de todos os planos da entidade, quanto aos programas previdencial, administrativo, assistencial e de investimentos, conforme previsto nas Resoluções do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, do Ministério da Previdência Social - MPS nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e nº 10, de 05 de julho de 2002.

3 - Principais Práticas Contábeis

(a) Resultado das operações

O resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência.

(b) Programa de investimentos

Em atendimento às Resoluções nº 04, de 30 de janeiro de 2002 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios:

(i) **Títulos para negociação** - Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

O Economus utiliza-se da gestão direta (carteira própria) e da gestão indireta (fundos de investimentos e/ou carteiras administradas exclusivos ou não) como veículos para viabilizar as operações financeiras. A composição dos ativos financeiros está subdividida da seguinte forma:

Segmento de Renda Fixa

Os títulos públicos federais adquiridos com o intuito de diminuir a volatilidade do portfólio, bem como aqueles atrelados a índices de preços objetivando a proteção do passivo atuarial do Regulamento Geral são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e se encontram classificados na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

Os demais títulos e valores mobiliários constantes desse segmento possuem liquidez e se encontram classificados na categoria de Títulos para Negociação.

Segmento de Renda Variável

Os ativos registrados nesse segmento correspondem às aplicações em ações negociadas no mercado à vista e são demonstradas pelo valor de mercado, com base no preço médio de 31 de dezembro de 2005 e de 2004, ou no último dia em que ação tenha sido negociada em Bolsa de Valores.

Segmento de Imóveis

Imóveis para Locação - são demonstrados pelo custo de aquisição, corrigidos pela variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR - até dezembro de 1995, reavaliados em julho de 2005 e são depreciados mensalmente, a taxas correspondentes ao tempo de vida útil fixado no último laudo de avaliação.

Fundos Imobiliários: são registrados pela variação apresentada pela cota informada pelo administrador responsável pelo fundo.

Empréstimos

Empréstimos a Participantes: Esta modalidade é normatizada por deliberação da Diretoria e o saldo é representado pelos empréstimos concedidos aos participantes, acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2005 e de 2004.

Investimentos em Controlada

Esse investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar.

(c) Programa administrativo

Permanente - os bens que constituem o permanente apresentam-se corrigidos pela variação da UFIR até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às seguintes taxas:

	Percentual ao ano
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	20
Software	20
Computadores	20

(d) Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis decorrentes de cada programa.

(e) Exigível contingencial

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

O exigível contingencial está apresentado líquido de depósitos judiciais. As provisões para contingências são constituídas tendo como base a avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir perdas prováveis decorrentes desses processos.

(f) Exigível atuarial

(i) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas e fundos foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente, ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/C Ltda. e, ainda, de acordo com os critérios fixados pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério de Previdência Social - MPS.

(ii) Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos registram o valor atual dos compromissos futuros do Economus em relação aos assistidos, ao passo que as de benefícios a conceder referem-se aos atuais participantes, calculadas com base no valor atual desses benefícios e das contribuições normais que estes e seus patrocinadores recolhem ao Economus.

Benefícios do plano com geração atual

Registram o valor atual dos benefícios a conceder aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefi-

cios de prestação continuada, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial - NTA, líquido do valor atual das contribuições futuras, por eles devidos quando do recebimento dos referidos benefícios.

Outras contribuições da geração atual

Registram, de acordo com a Nota Técnica Atuarial - NTA, o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual, durante o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

(iii) Déficit técnico

Representado pela insuficiência patrimonial para a cobertura das provisões matemáticas de benefícios a conceder. Para efeito de cálculo de sua reserva atuarial, o atuário externo do Economus baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e permite a adoção de um indexador, no caso INPC, mais juros de até 6% ao ano para cálculo do valor presente dos compromissos atuarialmente calculados.

(g) Fundos

O fundo do programa previdencial destina-se à cobertura de oscilação de riscos conforme cálculo atuarial. Em julho de 2005, conforme orientação do Atuário, foi transferido o saldo da Reserva de Contingência – Plano de Benefício do Regulamento Complementar nº I - para a formação do Fundo de oscilação de riscos.

Os fundos do programa assistencial e do programa administrativo são constituídos pela diferença entre receitas e despesas assistenciais e administrativas, respectivamente.

(h) Despesas administrativas

As despesas decorrentes da administração da entidade e de suas aplicações financeiras são registradas no resultado do programa administrativo. As despesas administrativas de cada programa são classificadas em rubrica específica.

Até dezembro de 2004 as despesas administrativas diretas – das atividades fim, eram segregadas de acordo com a administração de cada programa. As despesas indiretas – atividades meio eram rateadas entre os programas utilizando-se os seguintes percentuais:

	Percentual ao ano
Programa previdencial	30
Programa assistencial	48
Programa de investimentos	22

A partir do exercício de 2005 as despesas indiretas – atividades meio foram alteradas, conforme demonstração a seguir:

	Percentual ao ano
Programa previdencial	68,65
Programa de investimentos	31,35

No programa assistencial estão alocadas as despesas diretas da sua atividade fim.

(i) Transferências interprogramas

As transferências de resultados entre os programas foram efetuadas de acordo com o descrito a seguir:

(i.1) Programa de investimentos

As receitas mensais dos investimentos (atualizações, juros, ágio, prêmios, dividendos, lucro na venda etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, prejuízo na venda, deságio etc.), são transferidas para os programas previdencial, administrativo e assistencial.

(i.2) Programa administrativo

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo

administrativo disponível e ao custeio das taxas de administração, além dos valores transferidos do programa previdencial e assistencial para cobertura das despesas administrativas.

Os recursos oriundos dos outros programas, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Programa previdencial (sobrecarga administrativa)	6.066	5.907
Programa previdencial	-	-
Programa assistencial	4.744	-
	<u>11.422</u>	<u>5.907</u>

(i.3) Programa assistencial

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo assistencial, contribuições recebidas dos beneficiários do plano de assistência médica e ao repasse das taxas de administração.

(j) Custeio administrativo

Para cobertura do custeio administrativo do programa previdencial, a entidade utiliza-se da sobrecarga administrativa estabelecido no plano de custeio anual, correspondente a 1,26% da folha de salários dos participantes.

4. Programa Previdencial

A composição do programa previdencial está demonstrada como segue:

Composição	2005	2004
Recursos a receber	10.286	9.670
Contribuições do mês	10.286	9.670
Utilizações futuras	370	282
Adiantamentos diversos	370	282
Outros realizáveis	22	22
Diversos a realizar	22	22
	<u>10.678</u>	<u>9.974</u>

5. Programa de Investimentos

(a) Composição do programa de investimentos

(i) Títulos de renda fixa

	2005		2004	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Cotas de fundos de investimentos em renda fixa	1.664.587	1.729.072	1.583.559	1.861.269
Debêntures não conversíveis	27.187	27.187	26.861	26.861
CDB's	70.864	70.864	5.594	5.594
Títulos públicos	48.792	50.863	38.261	41.174
Outros investimentos	1.254	1.254	1.643	1.643
	<u>1.812.684</u>	<u>1.879.240</u>	<u>1.655.918</u>	<u>1.936.541</u>

(ii) Títulos de renda variável

	2005		2004	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Ações	136.758	136.758	89.111	89.111
Cotas de fundos de ações	3.361	3.361	-	-
	<u>140.119</u>	<u>140.119</u>	<u>89.111</u>	<u>89.111</u>

(iii) Investimentos imobiliários

	Valor Contábil				
	1º de janeiro 2005	Baixas	Adições	Reavaliação	31 de dezembro 2005
Terrenos	6.611	(452)	-	385	6.544
Edificações	9.987	(831)	-	756	9.912
Alienações	1.554	(2.101)	1.200	-	653
Fundos de inv. imobiliário	10.293	(164)	-	-	10.129
Aluguéis	184	(29)	-	-	155
	<u>28.629</u>	<u>(3.577)</u>	<u>1.200</u>	<u>1.141</u>	<u>27.393</u>

Em abril de 2005 foram vendidos os conjuntos 41, 42, 43, 44, 45 e 46 mais 6 vagas de garagem do imóvel no edifício DA-CON, situado na avenida Cidade Jardim, 400 – 4º andar na cidade de São Paulo, pelo valor de R\$ 1.200, sendo: R\$ 360 no ato da assinatura do contrato e o saldo de R\$ 840 em 36 parcelas mensais iguais e sucessivas corrigidas pelo INPC.

Em julho de 2005, atendendo a Resolução 2.829 de 31/03/2001, alterada pela 3.121 de 25/09/2003 - artigo 36, do Conselho Monetário Nacional – CMN, o Economus procedeu à reavaliação dos imóveis.

(iv) Operações com participantes

	2005	2004
Operações com participantes	47.357	35.438
	<u>47.357</u>	<u>35.438</u>

(b) Títulos para negociação

Durante o exercício de 2004, o Instituto solicitou à SPC a reclassificação de títulos e valores mobiliários através expediente DIFIN 36/04, conforme permite a CGPC. no. 04 de 30 de janeiro de 2002. Em 21 de dezembro de 2004, através do Ofício no. 2519 DECON/SPC foi aprovada a transferência, e o montante de R\$ 19.185 composto por LFT-D, foi transferido de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos adquiridos para negociação.

Em 2005, as Notas do Tesouro Nacional, Série C – NTN-C, adquiridas por intermédio do fundo de Investimento Itaú Danúbio – exclusivo do Economus, com vencimento para abril de 2008, foram reclassificadas 13.038 NTN-C no valor de R\$ 21.523, da categoria “Títulos para Negociação” para “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A medida adotada teve por objetivo recompor antecipadamente a proteção efetuada do passivo atuarial, por meio de leilão de troca, oferecendo NTN-C com vencimento para dezembro de 2005.

	2005		2004	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Cotas de fundos de inv. em renda fixa	326.897	326.897	262.013	353.871
CDB's	70.864	70.864	-	-
Ações	136.758	136.758	89.111	89.111
Cotas de fundos de ações	3.361	3.361	-	-
	<u>537.880</u>	<u>537.880</u>	<u>351.124</u>	<u>442.982</u>

(c) Títulos mantidos até o vencimento (i) (ii)

	2005		2004	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Cotas de fundos de inv. em renda fixa	1.337.689	1.402.175	1.321.546	1.507.398
Debentures não conversíveis	27.187	27.187	26.861	26.861
CDB's	-	-	5.594	5.594
Títulos Públicos	48.792	50.863	38.261	41.174
	<u>1.413.668</u>	<u>1.480.225</u>	<u>1.392.262</u>	<u>1.581.027</u>

(i) Para as categorias acima (itens (b) e (c)), não foram considerados os investimentos com participantes, investimentos imobiliários e outros investimentos.

(ii) Nos títulos mantidos até o vencimento o valor de mercado foi considerado o valor atualizado dos títulos.

Em 31 de dezembro de 2005, o custo atualizado e o valor de mercado por vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	Custo Atualizado	Valor de Mercado
A vencer em até um ano	401.368	414.543
A vencer entre um e cinco anos	241.631	249.563
A vencer após cinco anos	1.217.296	1.257.253
Vencimento indeterminado	167.264	172.850
	<u>2.027.559</u>	<u>2.094.209</u>

A administração dos investimentos realizados na carteira própria é efetuada pelo Economus, tendo esses recursos o Citibank como custodiante qualificado, que possui a função de operacionalizar as liquidações e/ou movimentações financeiras, como também a guarda dos títulos e valores mobiliários vinculados a essa carteira.

No que tange aos demais investimentos efetuados por meio de aplicações em fundos de investimento e carteira administrada, o Economus exerce a supervisão sobre os administradores/gestores contratados, com vistas a acompanhar o desempenho auferido diante das metas estabelecidas e o enquadramento dos ativos à política de investimentos e a legislação aplicável. Neste modelo, os títulos e valores mobiliários são custodiados pelos próprios administradores, os quais possuem o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para prestar esse serviço.

6. Programa Administrativo

(a) Composição do Ativo Permanente

	Valor Contábil				31 de dezembro 2005
	1º de janeiro 2005	Adições	Baixas	Depreciações	
Móveis e Utensílios	83	35	-	(19)	99
Máquinas e Equipamentos	692	767	(20)	(352)	1.087
Veículos	26	-	-	(10)	16
Direito de uso - Telefone	141	-	(139)	-	2
Software	413	203	-	(183)	433
	<u>1.355</u>	<u>1.005</u>	<u>(159)</u>	<u>(564)</u>	<u>1.637</u>

(i) Em março de 2005 o Instituto adquiriu novo computador central IBM I5, modelo 520 e respectivo software, no valor de R\$ 683, em substituição ao antigo mainframe, propiciando maior capacidade, segurança e rapidez nos processamentos das informações e desenvolvimento de aplicativos mais interativos com o usuário final, aliado à redução de custos.

(ii) O valor de venda da antiga CPU e unidade de fita foram de R\$ 30 com um valor residual contábil de R\$ 23, gerando uma receita de R\$ 7.

(iii) Em Setembro/2005, houve baixa no valor de R\$ 139 referente desvalorização de 26 linhas telefônicas. Mediante pesquisa de mercado junto às empresas que comercializam linhas telefônicas e concessionárias as linhas foram ajustadas ao valor de mercado.

7. Impostos e Contribuições

(a) Autos de infração do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

A Receita Federal questionou em exercícios anteriores, por meio de autos de infração, a incidência do recolhimento e a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em outubro de 2001, o Instituto sofreu lançamentos referentes ao PIS apurado no período de janeiro de 1996 a janeiro de 1999, no valor de R\$ 19.515. No período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, referentes ao PIS e a COFINS, nos valores de R\$ 4.381 e R\$ 20.549, respectivamente. Em agosto de 2002, sofreu 3 (três) outros lançamentos ditos suplementares aos anteriores, sendo: PIS, mês de maio de 1996, no valor de R\$ 53; PIS e COFINS no período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, nos valores de R\$ 1.961 e R\$ 9.048, respectivamente. Em dezembro de 2002, através de sua assessoria jurídica, o Instituto protocolou na 19ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, Ação Anulatória de Débito Tributário com Pedido de Antecipação de Tutela, recebendo o no. 2002.61.00.026666-6. Em paralelo, aproveitando-se dos benefícios contidos na Medida Provisória no. 66, de 29 de agosto de 2002, o Economus recolheu R\$ 13.212 considerados devidos, com redução de multa e juros moratórios. Essa medida visou recolher aos cofres públicos os valores considerados devidos pelo Instituto. Pela relevância da matéria e a fim de resguardar o patrimônio dos participantes ativos e assistidos, a Diretoria Executiva decidiu pela constituição de provisão, a débito do resultado do Programa Assistencial do primeiro semestre de 2003, no valor de R\$ 68.898, abrangendo o período desde janeiro de 1996, atualizada pela taxa SELIC e acrescida de multa. Em 31 de dezembro de 2005 o valor provisionado é de R\$ 85.411, atualizado pela taxa SELIC. Considerando-se que não foi concedida a tutela antecipada para que houvesse a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, a Diretoria Executiva, suportada por parecer de sua assessoria jurídica, decidiu por fazer depósito judicial no valor de R\$ 29.092 em janeiro de 2004 e de R\$ 22.575 em setembro de 2004, para que haja a possibilidade de continuidade no processo de defesa.

(b) Depósito judicial de INSS, Lei no. 9.876/99 - conversão em renda da União

Em decorrência do advento da Lei nº 9.876/99, a qual alterou as contribuições previdenciárias, o Economus impetrou Mandado de Segurança Preventivo, a fim de obter a concessão de liminar para suspensão da cobrança das contribuições.

Os efeitos foram positivos, com deferimento na 7a. Vara da Justiça Federal, determinando o afastamento dos dispositivos da Lei no. 9.876/99.

A assessoria jurídica do Economus, após acompanhamento dos tribunais superiores, constatou que o prosseguimento da discussão judicial seria desfavorável, tendo em vista, o entendimento da constitucionalidade da Lei nº 9876/99.

Em razão da edição da Medida Provisória no. 66, de 29 de agosto de 2002, convertida em Lei de no. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, com base no artigo 21, o Economus aproveitou-se desta oportunidade favorável, desistindo do Mandado de Segurança citado, convertendo os depósitos judiciais efetuados até setembro de 2002, no montante de R\$ 9.715, em renda da União, com a dispensa da multa e juros de mora. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 17.861.

(c) Regime Especial de Tributação - RET

A Medida Provisória no. 2.222, de 4 de setembro de 2001, regulamentada pela Instrução Normativa no. 126, de 25 de janeiro de 2002, do Secretário da Receita Federal, dispôs sobre o regime especial de tributação do imposto de renda incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras dos planos de benefícios de caráter previdenciário, a ser adotado por opção pelas pessoas jurídicas nelas expressamente identificadas, o qual poderia ser aplicável aos rendimentos produzidos a partir de 1o. de setembro de 2001, se a opção por esse regime especial fosse efetivada até o dia 31 de dezembro de 2001. Tendo por base o disposto nos referidos normativos, a entidade optou pelo RET, passando os rendimentos das aplicações financeiras produzidas a partir de 1o. de setembro de 2001 a serem tributados à alíquota de 20%, limitado o imposto de renda efetivamente devido ao valor resultante da aplicação de percentual (12%) sobre o total das contribuições recebidas dos patrocinadores. A partir do exercício de 2005, as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos, passaram a ser isentas do imposto sobre a renda devida pela pessoa jurídica, conforme disposto na Lei nº 11.053, de 30 de dezembro de 2004 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 497, de 24 de janeiro de 2005.

(d) Reversão/constituição de contingências - Programa Administrativo

(i) A Diretoria Executiva do Economus, visando preservar o patrimônio da Entidade, decidiu pelo provisionamento de R\$ 1.703 em 31 de dezembro de 2003, referente a contingências relativas ao Programa Administrativo. Durante o primeiro semestre de 2004, entretanto, solicitou e obteve pareceres jurídicos externos à entidade, favoráveis à tese do Economus, considerando o risco remoto, e conseqüentemente, não passível de provisionamento. Assim, a administração procedeu-se à reversão da referida provisão durante o exercício de 2004.

(ii) Após decisão administrativa, o Economus desistiu da interposição de recurso extraordinário e recurso especial da Ação Anulatória de Débitos contra a Prefeitura Municipal de São Paulo, em decorrência dos autos de infração lavrados em outubro de 1996 – ISS, em conseqüência da decisão desfavorável no recurso de apelação, tendo em vista que a probabilidade de êxito seria remota. Posterior ao levantamento dos depósitos judiciais pela Prefeitura, a entidade verificou que consta um saldo remanescente de débito decorrente dos autos de infração no valor atualizado até 31 de dezembro de 2005 de R\$ 791. Dessa forma, até que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis para questionamento do débito, a Diretoria Executiva determinou a provisão do valor citado.

(iii) Em Novembro/2005 efetuou-se Depósito Judicial referente processo 000.05.077609-6 (execução de título extrajudicial) movido pelo Hospital e Maternidade Brasil, cujo objeto é a cobrança de valores glosados no valor de R\$ 348.

(e) Fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

No primeiro semestre de 2004, o Economus recebeu fiscalização do INSS relacionada às contribuições previdenciárias de caráter normal e nos serviços remunerados às cooperativas médicas de trabalho, do programa assistencial, compreendendo o período de 2001 a 2004.

Os autos recebidos foram analisados pela administração da entidade, que solicitou a opinião de seus advogados quanto às medidas a adotar e as perspectivas de êxito. Como resultado, decidiu impugnar administrativamente os lançamentos no montante aproximado de R\$ 40 milhões. Após intimação dos julgamentos, a entidade insatisfeita com as decisões proferidas pela autoridade julgadora de primeira instância, optou em recorrer ao reexame das decisões interpondo recurso, mediante depósito correspondente a 30% da exigência fiscal definida nas decisões no valor de R\$ 2.122, e registrou-se a provisão do valor de R\$ 6.675. Atualmente, o Economus aguarda o julgamento de 2ª instância.

8. Passivo Contingencial

Programa de investimentos

	2005	2004
Contingências fiscais	3.532	3.910
IPTU	3.434	3.316
Outras	98	594
Depósitos judiciais	<u>(3.532)</u>	<u>(3.910)</u>

Programa previdencial

	2005	2004
Contingências fiscais	1.006	8
Recursos trabalhistas	824	0
Pensão	174	0
Pecúlio	8	8
Depósitos judiciais	<u>(1.006)</u>	<u>(8)</u>

Programa administrativo

	2005	2004
Contingências fiscais	8.007	8.152
PIS/COFINS	3.751	3.751
Recursos trabalhistas - FGTS	2.043	1.843
ISS	791	492
Execução extrajudicial	350	-
Outras	1.072	2.066
Depósitos judiciais	<u>(7.216)</u>	<u>(8.152)</u>
	791	

Programa assistencial

	2005	2004
Contingências fiscais	117.056	106.843
PIS/COFINS	90.449	84.041
INSS	26.586	22.759
Outras	21	43
Depósitos judiciais	<u>(90.920)</u>	<u>(77.773)</u>
PIS/COFINS	(70.718)	(61.907)
INSS	(20.181)	(15.823)
Outros	(21)	(43)
	<u>26.136</u>	<u>29.070</u>

9. Provisões Técnicas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 pode ser resumida como segue:

	2005		
	1º de Janeiro	Constituição no Ano	31 Dezembro
Provisões matemáticas	2.239.430	279.627	2.519.057
Benefícios concedidos			
Benefícios do plano	876.186	138.985	1.015.171
Benefícios a conceder	1.363.244	140.642	1.503.886
Benefícios do plano com a geração atual	1.865.640	125.392	1.991.032
Outras contribuições da geração atual	(502.396)	15.250	(487.146)

A metodologia de cálculo adotada pelo atuário, depois de aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus, contempla salário final de carreira, projetado pelo Banco Nossa Caixa S.A. e pelo Economus, para seus respectivos funcionários participantes do Fundo, que utiliza uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% ao ano, após o desconto dos efeitos da inflação, medidos pelo - INPC.

Não foi considerado na avaliação atuarial o fator previdenciário de que trata a Lei no. 9.876, de 26 de novembro de 1999. As premissas atuariais foram adotadas conforme parecer atuarial datado de 30 de janeiro de 2006 – data base 31 de dezembro de 2005, e os saldos a seguir foram obtidos de acordo com o atestado de avaliação do Exigível Atuarial.

	2005			Total
	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	
Exigível atuarial	2.499.862	9.495	9.700	2.519.057
Benefícios concedidos	1.010.725	3.481	965	1.015.171
Benefícios a conceder	1.489.137	6.014	8.735	1.503.886
Fundos previdenciais	1.813	1.659	132	3.604
Cobertura de oscilação de riscos	1.813	1.659	132	3.604

(a) Plano de Benefícios do Regulamento Geral

CNPB – Nº 19.780.001-38

O Plano de Benefícios do Regulamento Geral instituído em 1º de janeiro de 1978, foi avaliado atuarialmente tomando-se o universo de 8.819 participantes, conforme cadastro fornecido pela entidade e posicionado em 30 de novembro de 2005, com 3.280 assistidos e 318 pensões, conforme cadastro posicionado em 31 de dezembro de 2005. O cadastro foi submetido a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e valores, obtendo consistência em sua base.

A avaliação atuarial determinou o valor do Exigível Atuarial, dos Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo regulamento do plano. Os resultados da avaliação estão consignados no balanço da entidade e no demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial (DRAA 2005).

O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado paritariamente pelos patrocinadores, pelos participantes e assistidos.

A avaliação atuarial foi realizada com a aplicação dos regimes financeiros, premissas e hipóteses atuariais previamente estabelecidas, que após explicações e debates foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. Todos os elementos utilizados na avaliação constam das correspondências ETAA/595/2001, de 26/10/2001 e DISUP 074/2001, de 27/12/2001.

Na avaliação foram atualizadas as bases probabilísticas de sobrevivência, em razão da divulgação pelo IBGE da Tábua Completa de Mortalidade IBGE 2004, ambos os sexos.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder foram determinadas considerando que o valor da complementação de aposentadoria por tempo de serviço e/ou idade será calculado sem os efeitos da Lei No 9.876, de 26 de novembro de 1999 (Fator Previdenciário e média dos salários de contribuição).

O valor atual dos compromissos financeiros do Plano com o pagamento de benefícios aos participantes, assistidos e pensionistas, está consignado no Exigível Atuarial e nos Fundos Previdenciais:

O Ativo Líquido do Plano de Benefícios de R\$1.787.644 dá cobertura a 71,45% do Exigível Atuarial e Fundos Previdenciais, resultando em um déficit técnico de R\$ 714.031.

(b) Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N.º 1

CNPB – N.º 19.780.002-19

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar n.º 1, instituído em 01 de janeiro de 1978, foi avaliado atuarialmente tomando-se o universo de 1.320 participantes, conforme cadastro fornecido pela entidade e posicionado em 30 de novembro de 2005, com 9 assistidos e 2 pensões, conforme cadastro posicionado em 31 de dezembro de 2005. O cadastro foi submetido a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e valores, obtendo consistência em sua base.

A avaliação atuarial determinou o valor do Exigível Atuarial, dos Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do Plano. Os resultados da avaliação estão consignados no balanço da entidade e no demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial (DRAA 2005).

O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes.

O Plano oferece aos participantes somente coberturas de risco, na forma de complementação do auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez. As complementações de aposentadoria e pensão estão a cargo da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto No 33.754, de 09 de setembro de 1991.

O valor dos compromissos financeiros do Plano com o pagamento de benefícios aos participantes, assistidos e pensionistas, está consignado no Exigível Atuarial e nos Fundos Previdenciais.

A provisão matemática de benefícios a conceder corresponde à soma de todos os valores de Reserva de Poupança dos participantes contribuintes, para dar respaldo financeiro ao estabelecido no artigo 5o do Regulamento Geral, em vigor até 30 de dezembro de 2005.

O Ativo Líquido do Plano, de R\$ 11.154, dá plena cobertura aos compromissos previdenciários.

(c) Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N.º 2

CNPB – N.º 19.780.003-83

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar n.º 2, instituído em 01 de janeiro de 1978, foi avaliado atuarialmente tomando-se o universo de 1.895 participantes, conforme cadastro fornecido pela entidade e posicionado em 30 de novembro de 2005, com 5 assistidos e 7 pensões, conforme cadastro posicionado em 31 de dezembro de 2005. O cadastro foi submetido a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e valores, obtendo consistência em sua base.

A avaliação atuarial determinou o valor do Exigível Atuarial, dos Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do Plano. Os resultados da avaliação estão consignados no balanço da entidade e no demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial (DRAA 2005).

O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes.

O Plano oferece aos participantes somente uma cobertura de risco, na forma de Pecúlio, quando da morte do participante.

O valor dos compromissos financeiros do Plano com o pagamento de benefícios está consignado no Exigível Atuarial e nos Fundos Previdenciais.

A provisão matemática de benefícios a conceder corresponde à soma de todos os valores de Reserva de Poupança dos participantes contribuintes, para dar respaldo financeiro ao estabelecido no artigo 5º do Regulamento Geral, em vigor até 30 de dezembro de 2005.

O Ativo Líquido do Plano é de R\$ 9.833, resultando em um déficit técnico de R\$ 1.212.

No enquadramento do Regulamento do Plano à Lei Complementar No 109, foi inserido o § 2º no artigo 52, estabelecendo que do pagamento de reserva de contribuição (resgate) serão deduzidas as parcelas do custeio administrativo e do benefício de risco. Após parecer jurídico confirmando a aplicabilidade do referido parágrafo no Regulamento Complementar No 2, teremos como consequência a nulidade do valor de resgate, uma vez que o Plano só oferece benefícios de risco e a estrutura de custeio é de repartição simples. Nesta condição, a provisão matemática de benefícios a conceder, no valor de R\$ 8.735 passará a ser nula, desaparecendo o déficit técnico.

10. Déficit Técnico

Representado pela insuficiência patrimonial para a cobertura das provisões matemáticas de benefícios a conceder. Para efeito de cálculo da reserva atuarial, o atuário independente baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e permite a adoção de um indexador, no caso INPC mais juros de até 6% ao ano para cálculo do valor presente. Assim, obteve um déficit atuarial acumulado de R\$ 715.242, sobre o qual os patrocinadores Banco Nossa Caixa S.A. e Economus têm a responsabilidade de 50%, sendo os outros 50% de responsabilidade dos participantes.

Parte do déficit técnico, no valor de R\$ 484.949, base 31 de dezembro de 2005, está equacionada mediante a aquisição de títulos de baixo risco de crédito, que serão mantidos até o seu vencimento. O registro contábil deste valor, na rubrica "Resultados a Realizar" será efetuado após a aprovação do processo que se encontra na Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme estabelece o artigo 5º da Resolução CGPC No 4, de 30 de janeiro de 2002.

O restante do Passivo Atuarial descoberto estará sendo equacionado e coberto através de contribuições extraordinárias, a serem feitas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, o que já foi devidamente aprovado pelo Economus, patrocinadora Banco Nossa Caixa e CODEC.

Composição do déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2005:

	2005			Total
	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	
Em 01 de janeiro de 2005	(634.771)	1.073	(725)	(634.423)
Resultado Líq. Previdencial	(27.426)	(286)	(937)	(28.649)
Resultado Líq. Investimentos	226.891	1.324	1.057	229.272
Atual. Provisão Matemática	(278.531)	(504)	(592)	(279.627)
Fundo Oscilação Risco	(194)	(1.607)	(14)	(1.815)
Em 31 de dezembro de 2005	(714.031)	-	(1.211)	(715.542)

11. Fundos

O fundo do programa previdencial destina-se à cobertura de oscilação de riscos conforme cálculo atuarial.

Os fundos do programa assistencial e do programa administrativo são constituídos pela diferença entre receitas e despesas assistenciais e administrativas, respectivamente.

O fundo do programa de investimentos foi constituído por meio da aplicação de percentual, denominado de taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse saldo será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis. Vale ressaltar que, a utilização dos recursos desse fundo somente poderá ser efetivada mediante autorização dos órgãos deliberativos do Economus e após cessadas as chances de êxito na recuperação do crédito.

Fundo	2005	2004
Programa previdencial	3.604	1.789
Cobertura e oscilação de riscos	3.604	1.789
Programa assistencial	193.067	167.085
Fundo assistencial - FEAS	192.981	166.999
Fundo assistencial - FAC	86	86
Programa administrativo	11.888	8.457
Fundo administrativo	11.888	8.457
Programa investimento	74	17
Fundo contingência empréstimo	74	17
	208.633	177.348

12. Fatos Relevantes e Outras Informações

(a) Fundo de Assistência Complementar - FAC

Em maio de 1995, por meio do Convênio celebrado entre o Economus e o Banco Nossa Caixa S.A., foi constituído um fundo contábil denominado FAC, com recursos oriundos de doações realizadas.

O FAC, cuja administração financeira estava a cargo do Economus, através do distrato de 30 de setembro de 2003, teve transferido para o Patrocinador patrocinador, Banco Nossa Caixa S.A., R\$ 9.295, por ser o mesmo o responsável pela orientação, controle e coordenação do fundo. A partir de outubro, as doações passaram a ser recebidas diretamente pelo patrocinador Banco Nossa Caixa S.A.

(b) Fundo Economus de Assistência Social - FEAS

O Fundo Economus de Assistência Social - FEAS, é um fundo contábil, instituído pelo Economus, com finalidade de prover a manutenção da assistência médica a todos aqueles filiados ao Economus após a sua aposentadoria, excetuando as aposentadorias por invalidez e pensionistas. O fundo FEAS foi constituído ao longo do tempo com recursos provenientes da comercialização de seguro nas apólices em que o Economus é estipulante, assim como os resultados auferidos pela Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda., das receitas financeiras e das contribuições oriundas da co-participação dos integrantes do Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC.

De acordo com o regulamento do FEAS, ocorrendo motivo de força maior, a Diretoria Executiva do Economus juntamente com o Conselho Deliberativo, poderão rever a prestação dos serviços assistenciais mantidos pelo FEAS.

(c) Plano de Demissão Voluntária do Banco Nossa Caixa - PDV

O Plano foi dirigido aos funcionários já aposentados na Previdência Social e àqueles designados como elegíveis à aposentadoria, conforme normas próprias do Plano de Demissão Voluntária. Os desligamentos iniciaram-se em 2 de junho de 2004 e as homologações a partir do dia 4 de junho de 2004.

No levantamento feito pelo Economus, 1.674 pessoas se desligaram do Banco Nossa Caixa S.A. através do PDV. Em 31 de dezembro de 2004, as provisões matemáticas do Economus já contemplavam os desligamentos acordados até a referida data-base.

(d) Empréstimos a participantes

No ano de 2004, as regras para a concessão de empréstimos foram alteradas, sendo que os itens mais relevantes foram no valor máximo permitido que passou de três para cinco salários brutos, limitados a R\$ 35, sem exceções, redução de taxa de juros de 1,76% para 0,80% ao mês, a correção das prestações de TR para variação positiva do INPC e a incidência de taxa para renovação de crédito.

(e) Investimento em controlada - Desmobilização

A entidade possui investimento na Economus Administradora e Corretora de Seguros S/C - CORSEG, que, de acordo com o

determinado na Resolução 3.121 de 25 de setembro de 2003 deve-se, obrigatoriamente, efetuar a retirada deste investimento. Diante disso, por Deliberação da Diretoria Executiva, foi constituída em março/2005 uma comissão com a finalidade de avaliar a melhor forma de desmobilização, avaliando riscos, prazos e outros fatores, inclusive com acompanhamento e auxílio de consultoria externa. Finalizados os trabalhos da comissão, decidiu-se pela liquidação da Corretora, cuja documentação comprobatória que evidencia essas ações foi encaminhada para acompanhamento da SPC.

(f) Controles internos, ética e governança

No ano de 2005 o Economus constituiu uma equipe interna para atender a Resolução CGPC N° 13, de outubro de 2004. Durante o ano a equipe iniciou o trabalho de mapeamento de riscos, e os identificados estão sendo priorizados visando o estabelecimento de medidas para mitigá-los. Essas medidas são acompanhadas por um Comitê constituído por todos os Gerentes e Diretores do Instituto, que se reúne mensalmente, sendo que, os assuntos são registrados em atas seqüenciais. Dentre essas medidas podemos destacar a revisão do Código de Ética cujo objetivo é aprimorá-lo e instituir o Comitê de Ética. Essas e outras medidas em desenvolvimento visam certificar a segurança, transparência, controles e confiabilidade dos processos executados pelo Economus.

(g) Depósitos judiciais

Em 2004 os depósitos judiciais dos Programas Administrativo e Assistencial eram contabilizados no Programa de Investimento – resultado. A partir de 2005 passaram a ser segregados, sendo alocados nos Programas respectivos.

(h) Taxa de administração dos planos de saúde

Até abril de 2005 o Economus recebia do Banco Nossa Caixa para administrar os planos de saúde, 5,7% sobre o total das despesas médicas/hospitalares, mensalmente. A partir de maio, a taxa de administração passou para 8,22%, limitado ao valor máximo de R\$ 759.

(i) Criação do plano de contribuição variável e saldamento do plano de benefício definido

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o “Saldamento” do Plano de Benefícios, instituído através do Regulamento Geral para os empregados dos patrocinadores Banco Nossa Caixa S.A. e Economus. Também aprovou a implementação de um novo Plano de Benefícios estruturado na forma de Contribuição Variável a ser denominado PREVMAIS.

Após amplas discussões com as representações dos participantes, com os órgãos de administração do Economus, com o Patrocinador e com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo, os processos de “Saldamento” do atual Plano de Benefícios – Regulamento Geral e da criação do novo Plano PREVMAIS, foram encaminhados em 15 de dezembro de 2005, para análise e aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

O Regulamento Geral, que inclui o processo de “Saldamento” do Plano de Benefício Definido – BD, foi aprovado em 30 de dezembro de 2005, conforme Ofício n° 2713 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

(j) Contratação de Auditoria de Benefícios

Em Dezembro/2005, visando a adequação do processo de concessão, revisão, reajuste, manutenção do benefício, verificação da existência de benefícios pagos e/ou mantidos de forma diversa e/ou contrária à legislação pertinente a Regulamentação Básica do Economus, foi contratada Auditoria de Benefícios específica, para avaliação periódica dos benefícios concedidos e a conceder entre 01/01/2004 e 31/12/2006.

(k) Transferência entre fundos

Em abril de 2005 foi transferido para o fundo do programa administrativo, o valor correspondente aos seguros prestamistas e de vida em grupo até então contabilizados no programa assistencial no valor de R\$ 3.147.

(l) Fluxo financeiro de 2004

A demonstração do fluxo financeiro do programa assistencial foi reclassificada em virtude da apresentação/divulgação estar incorreta, ou seja, no subitem Saídas – constituição de contingências, constou (34.904) quando o correto foi (51.668).

Parecer dos Auditores Independentes

1. Examinamos o balanço patrimonial do Economus – Instituto de Seguridade Social em 31 de Dezembro de 2005 e as demonstrações do resultado e do fluxo financeiro do exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição das provisões matemáticas, reservas e fundos foi conduzida sob a responsabilidade de consultor atuarial externo à entidade, e nosso parecer, no que se refere à determinação desse exigível atuarial, está baseado exclusivamente no parecer desse consultor.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do consultor atuarial externo, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Economus Instituto de Seguridade Social em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das operações e o fluxo financeiro do exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme divulgado pela administração na Nota Explicativa de número 10, a Entidade possui déficit técnico acumulado, em 31 de Dezembro de 2005, no montante de R\$ 715.242 mil. Durante o ano de 2003, foram adquiridas Notas do Tesouro Nacional – NTN (série C) e debêntures de longo prazo no montante atual de R\$ 1.258.520 mil, total de R\$ 1.308.142 mil, rentabilizadas com taxas superiores à prevista atuarialmente, visando com isso obter condições de apropriar antecipadamente os rendimentos, para equacionar parcialmente o déficit apurado, mediante parecer do atuário responsável pela avaliação atuarial do plano, atestando que este procedimento não afetará a manutenção da solvência e equilíbrio atuarial do plano de benefícios. O registro contábil dos rendimentos retro mencionados está condicionado à aprovação da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, nos termos da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº. 4 de 30 de janeiro de 2002. O processo de autorização encontra-se sob análise da SPC e, durante os exercícios de 2004 e 2005,

não foram adquiridos novos títulos de longo prazo para equalização do déficit. Outra providência adotada pela Diretoria Executiva e já aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus é o regulamento de saldamento do Plano de Benefícios Definido - BD, já aprovado pelo patrocinador Banco Nossa Caixa S.A. e Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. Este regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 30 de dezembro de 2005. Adicionalmente, como mencionado na Nota Explicativa de número 9, a avaliação do passivo atuarial, efetuada pelo atuário externo, não considera o fator previdenciário de que trata a Lei nº. 9.876/99, bem como os eventuais reflexos da alteração da estrutura do plano de benefícios, incluindo a criação do plano de contribuição variável. O equacionamento do déficit acumulado, no todo ou em parte, apresentado pelo Instituto está condicionado ao sucesso das ações que estão sendo adotadas pelos órgãos de administração do Instituto e de seus patrocinadores. As demonstrações contábeis do Economus foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades em curso normal de suas operações.

5. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes e seu parecer, datado de 17 de Fevereiro de 2005, incluiu: a) parágrafo de ênfase mencionando que após 30 de junho de 2004 o Economus recebeu notificações adicionais relativas a contribuições previdenciárias e, que, considerando-se o estágio inicial de discussão daquele assunto, não era praticável determinar, à época, o tempo esperado para sua resolução, o valor envolvido e o resultado final; b) parágrafo de ênfase sobre os assuntos mencionados no parágrafo 4 do presente parecer.

São Paulo, 08 de Fevereiro de 2006

BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 005.528/O-2

Eduardo Pedro Fernandez Celeiro
Contador
CRC ISP171077/O-2

Parecer Atuarial

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL CNPB Nº 19.780.001-38

O PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL, instituído em 01/01/1978, foi avaliado atuarialmente tomando-se o universo de 8.819 Participantes, conforme cadastro fornecido pela Entidade e posicionado em 30/11/2005, 3.280 Assistidos e 318 Pensões, conforme cadastro posicionado em 31/12/2005.

O cadastro foi submetido a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e valores, obtendo consistência em sua base.

A Avaliação Atuarial determinou o valor do Exigível Atuarial, dos Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do Plano. Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço da Entidade e no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2005).

O Plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e é custeado paritariamente pelas Patrocinadoras, pelos Participantes e Assistidos.

A Avaliação Atuarial foi realizada com a aplicação dos regimes financeiros, premissas e hipóteses atuariais previamente estabelecidas, que após explicações e debates foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. Todos os elementos utilizados na avaliação constam das correspondências ETAA/595/2001, de 26/10/2001 e DISUP 074/2001, de 27/12/2001.

Na Avaliação foram atualizadas as bases probabilísticas de sobrevivência, em razão da divulgação pelo IBGE da Tábua Completa de Mortalidade IBGE 2004, ambos os sexos.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder foram determinadas considerando que o valor da complementação de aposentadoria por tempo de serviço e/ou idade será calculado sem os efeitos da Lei Nº 9.876, de 26/11/1999 (Fator Previdenciário e média dos salários de contribuição).

O valor atual dos compromissos financeiros do Plano com o pagamento de benefícios aos Participantes, Assistidos e Pensionistas, está consignado no Exigível Atuarial e nos Fundos Previdenciais que, em 31/12/2005, estão compostos conforme segue:

	Valores em R\$
Exigível Atuarial	2.499.861.834,62
Provisões Matemáticas	2.499.861.834,62
Benefícios Concedidos	1.010.724.770,80
Benefícios a Conceder	1.489.137.063,82
Fundos Previdenciais	1.812.638,73
Cobertura de Oscilação de Riscos	1.812.638,73

O Ativo Líquido do Plano de Benefícios de R\$.1.787.643.754,58 dá cobertura a 71,45% do Exigível Atuarial e Fundos Previdenciais, resultando em um Déficit Técnico de R\$.714.030.718,77.

Parte do Déficit Técnico, no valor de R\$ 484.949.103,57, base 31/12/2005, está equacionada mediante a aquisição de títulos de baixo risco de crédito, que serão mantidos até o seu vencimento. O registro contábil deste valor, na rubrica "Resultados a Realizar" será efetuado após a aprovação do processo que se encontra na Secretaria de Previdência Complementar, conforme estabelece o artigo 5º da Resolução CGPC Nº 4, de 30/01/2002.

O restante do Passivo Atuarial descoberto estará sendo equacionado e coberto através de contribuições extraordinárias, a serem feitas pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, na proporção de 1,91% sobre os Salários-Reais-de-Participação e Complementações vincendas.

Em 10/11/2004 o Conselho Deliberativo do ECONOMUS aprovou o "SALDAMENTO" do Plano de Benefícios,

instituído através do REGULAMENTO GERAL para os empregados da Patrocinadora BANCO NOSSA CAIXA S/A. Também aprovou a implementação de um novo Plano de Benefícios estruturado na forma de CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL a ser denominado PREVMAIS.

Após amplas discussões com as representações dos Participantes, com os órgãos de administração do ECONOMUS, com a Patrocinadora e com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, os processos de “SALDAMENTO” do atual PLANO DE BENEFÍCIOS – REGULAMENTO GERAL e de criação do novo Plano PREVMAIS foram encaminhados, em 15/12/2005, para análise e aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

A Secretaria de Previdência Complementar – SPC, através dos Ofícios nos 2.713 e 2.733, ambos datados de 30/12/2005, aprovou o processo de “SALDAMENTO” do atual PLANO DE BENEFÍCIOS – REGULAMENTO GERAL e a implantação do novo PLANO DE BENEFÍCIOS – PREVMAIS, estruturado na forma de CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL.

No processo de “SALDAMENTO” do atual PLANO DE BENEFÍCIOS – REGULAMENTO GERAL, foi reconhecido que a base do Benefício Complementar será calculado considerando os efeitos da Lei 9.876/99, que instituiu o FATOR PREVIDENCIÁRIO e a aplicação da MÉDIA DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO DE JULHO/1994 EM DIANTE. Tal procedimento, na atualidade, não está sendo aplicado pelo ECONOMUS, podendo ser objeto de demandas judiciais pelos Participantes e Assistidos. Com o reconhecimento dos efeitos da Lei 9.876/99 fica atendida a reivindicação das representações dos Participantes, e elimina-se o risco jurídico.

A campanha junto aos Participantes pelo “SALDAMENTO” do atual PLANO DE BENEFÍCIOS – REGULAMENTO GERAL e adesão ao novo PLANO DE BENEFÍCIOS – PREVMAIS deverá ser iniciada até o mês de março/2006 e concluída até o final de junho/2006.

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº I CNPB Nº 19.780.002-19

O PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº I, instituído em 01/01/1978, foi avaliado atuarialmente tomando-se o universo de 1.320 Participantes, conforme cadastro fornecido pela Entidade e posicionado em 30/11/2005, 9 Assistidos e 2 Pensões, conforme cadastro posicionado em 31/12/2005.

O cadastro foi submetido a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e valores, obtendo consistência em sua base.

A Avaliação Atuarial determinou o valor do Exigível Atuarial, dos Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do Plano. Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço da Entidade e no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2005).

O Plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e é custeado pelos Participantes.

O Plano oferece aos Participantes somente coberturas de risco, na forma de complementação do auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez. As complementações de aposentadoria e pensão estão a cargo da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Nº 33.754, de 09/09/1991.

O valor dos compromissos financeiros do Plano com o pagamento de benefícios aos Participantes, Assistidos e Pensionistas, está consignado no Exigível Atuarial e nos Fundos Previdenciais que, em 31/12/2005, estão compostos conforme segue:

	Valores em R\$
Exigível Atuarial	9.495.302,37
Provisões Matemáticas	9.495.302,37
Benefícios Concedidos	3.481.818,97
Benefícios a Conceder	6.013.483,40
Fundos Previdenciais	1.658.688,59
Cobertura de Oscilação de Riscos	1.658.688,59

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder corresponde à soma de todos os valores de Reserva de Poupança dos Participantes contribuintes, para dar respaldo financeiro ao estabelecido no artigo 5o do Regulamento Geral, em vigor até 30/12/2005.

O Ativo Líquido do Plano, de R\$ 11.153.990,96 dá plena cobertura aos compromissos previdenciários.

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2 CNPB Nº 19.780.003-83

O PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2, instituído em 01/01/1978, foi avaliado atuarialmente tomando-se o universo de 1.895 Participantes, conforme cadastro fornecido pela Entidade e posicionado em 30/11/2005 e 7 Pensões, conforme cadastro posicionado em 31/12/2005.

O cadastro foi submetido a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e valores, obtendo consistência em sua base.

A Avaliação Atuarial determinou o valor do Exigível Atuarial, dos Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento do Plano. Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço da Entidade e no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2005).

O Plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e é custeado pelos Participantes.

O Plano oferece aos Participantes somente uma cobertura de risco, na forma de Pecúlio, quando da morte do Participante.

O valor dos compromissos financeiros do Plano com o pagamento de benefícios, está consignado no Exigível Atuarial e nos Fundos Previdenciais, compostos conforme segue:

	Valores em R\$
Exigível Atuarial	9.700.142,19
Provisões Matemáticas	9.700.142,19
Benefícios Concedidos	964.709,96
Benefícios a Conceder	8.735.432,23
Fundos Previdenciais	132.831,02
Cobertura de Oscilação de Riscos	132.831,02

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder corresponde à soma de todos os valores de Reserva de Poupança dos Participantes Contribuintes, para dar respaldo financeiro ao estabelecido no artigo 5o do Regulamento Geral, em vigor até 30/12/2005.

O Ativo Líquido do Plano é de R\$ 9.832.973,21, resultando em um Déficit Técnico de R\$ 1.211.591,35.

No enquadramento do Regulamento do Plano à Lei Complementar Nº 109, foi inserido o § 2º no artigo 52, estabelecendo que do pagamento de Reserva de Contribuição (Resgate) serão deduzidas as parcelas do custeio administrativo e do benefício de risco. Após parecer jurídico confirmando a aplicabilidade do referido parágrafo no Regulamento Complementar Nº 2, teremos como consequência a nulidade do valor de Resgate, uma vez que o Plano só oferece benefícios de risco e a estrutura de custeio é de Repartição Simples. Nesta condição, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, no valor de R\$ 8.735.432,23 passará a ser nula, desaparecendo o Déficit Técnico.

São Paulo, 30 de janeiro de 2006

Gerhard Dutzmann
Atuário – MIBA 345

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal do ECONOMUS - Instituto de Seguridade Social, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos Financeiros, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2005 e, pautados nos pareceres dos auditores Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes e do ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda., sendo que a determinação do exigível atuarial é exclusivamente de sua responsabilidade, são de opinião que as referidas peças contábeis espelham a situação contábil e patrimonial da Entidade naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidas à consideração do Conselho Deliberativo.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2006.

ITAMAR DE SOUZA MENEZES
Membro Efetivo

JOSÉ CARLOS PASCHOAL
Membro Efetivo

PEDRO AMAURI RINALDI
Presidente

FERNANDO JOSÉ ESTEVES CADAVEZ
Membro Efetivo

Parecer do Conselho Deliberativo

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às dez horas, na sede social do Economus Instituto de Seguridade Social, à Rua Quirino de Andrade, 185, 10o andar, nesta Capital, reuniu-se, em sessão extraordinária, o Conselho Deliberativo do Instituto, sob a Presidência do Senhor João Braz Trentino, e com a presença dos Conselheiros Antonio Amos Mastrangi, José Carlos de Oliveira, José Wellington Gomes Nicolau, Dejair Besson e Wilson Segatelli para apreciar e aprovar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos Financeiros, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2005. Discutido o assunto, e com base nos pareceres do escritório Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes e do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/C Ltda. e do Conselho Fiscal do Economus, foi a matéria aprovada com unanimidade.

São Paulo, 03 de março de 2006.

ANTONIO AMOS MASTRANGI
Membro Efetivo

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
Membro Efetivo

JOSÉ WELLINGTON GOMES NICOLAU
Membro Efetivo

DEJAIR BESSON
Membro Efetivo

WILSON SEGATELLI
Membro Efetivo

JOÃO BRAZ TRENTINO
Presidente

**Relatório Elaborado Pelo Departamento
de Comunicação do Economus**
Jornalista Responsável: Rosana Romero - MTB 11.853
Coordenação de Arte: Simone Pani
Projeto Gráfico: Mveras Design Gráfico
Impressão: Copy Press



ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
Rua Quirino de Andrade, 185 - centro - São Paulo - CEP 01049902
Site: www.economus.com.br
E-mail: comunique@economus.com.br
Telefone: (11) 3138.0269 - Fax: (11) 3255-2951